

PREÇOS
ASSIGNATURAS
SEM ESTAMPILHA
Por um anno 10\$000
Por seis meses 5\$600
Por tres mezes 3\$000
Avulso por folha 5040
Anuncios, por linha 5060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.
Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

N.º 17
Repatrição do chefe do estado maior da marinha
26 de março de 1860
ORDEN DA ARMADA

S. ex.ª o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar manda publicar a armada o seguinte:

Por decreto de 7 de fevereiro proximo findo: Nomeado cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Vicosa o cirurgião de 1.ª classe da armada, Antonio Justino de Faria Leal; e cavalleiro da ordem de Christo o guarda marinha, Joaquim Eleutherio Cordeiro de Almeida.

Por decreto de 11 do mesmo mez: Cavalleiro da ordem militar de S. Bento de Aviz o primeiro tenente da armada, Caetano Alberto da Silva.

Portarias de 27: Mandando eliminar a clausula imposta pelo decreto de 6 de novembro de 1851, na patente do segundo tenente da armada, José Antonio Campina, de não passar ao posto immediato sem fazer previamente o exame de inglez que lhe faltava, visto que satisfaz aquella clausula, o que comprovou com certidão passada na escola naval.

Mandando addir ao corpo de veteranos de marinha no posto que actualmente tem, e até ulterior resolução, o coronel de 1.ª linha da provincia de Cabo Verde, Joaquim de Azevedo Alpoim, por ter sido julgado incapaz de serviço activo pela junta de saude naval.

Portaria de 29: Mandando admitir na companhia de guardas marinhas como aspirantes de 3.ª classe, os candidatos João Gregorio Correia, e Francisco Perestrello de Vasconcellos.

Portaria de 29: Mandando admitir no corpo de veteranos de marinha o ajudante de enfermeiro do hospital da marinha, Joaquim José Rodrigues, por ter sido julgado incapaz de todo o serviço pela junta de saude naval, e ter trinta e seis annos de serviço, em conformidade do § 1.º do artigo 7.º da carta de lei de 28 de agosto de 1848; sendo em seguida reformado com o vencimento legal, por lhe aproveitarem as disposições do § 4.º do artigo 21.º da mesma carta de lei.

Portaria de 6 do corrente mez: Ordenando que o commandante do registo do porto em Belem considere como paquetes, para a maior brevidade nos respectivos despachos, os barcos da companhia de navegação a vapor entre a Belgica e o Oriente, com escala pelo porto d'esta capital.

Officio de 6: Participando que por officio do ministerio do reino, datado de 28 de fevereiro ultimo, se communicou ao ministerio da marinha, que por carta regia de 12 de abril do anno proximo passado fôra nomeado lente substituto da 1.ª e 2.ª cadeiras do curso commercial o segundo tenente da armada, lente substituto de mathematica da escola polytechnica, Marriano Ghira.

Portaria de 7: Exonerando do lugar de curador dos réus menores na secção de marinha do supremo conselho de justiça militar o capitão tenente, Thomás Martiniano Nunes de Sousa e Silva; e nomeando para este lugar o capitão tenente, Frederico Carlos Rosa.

Officio de 7: Participando que, por portaria d'esta data, foi nomeado para o lugar de inspector de trabalhos no arsenal da marinha o capitão tenente, Thomás Martiniano Nunes de Sousa e Silva.

Participando que, por decreto de 29 de fevereiro ultimo, foi agraciado com a mercê de commandador da ordem de Christo o capitão tenente da armada, Vicente Ferrer Barruncho.

Remetendo copia do decreto de 24 de fevereiro ultimo, pelo qual é promovido ao posto de segundo tenente da armada o guarda marinha, completamente habilitado, Antonio Maria Ribeiro da Costa Holtreman.

Portaria de 8: Mandando contar, na antiguidade de serviço para reforma, ao capitão tenente, Thomás Martiniano Nunes de Sousa e Silva, o tempo decorrido desde 19 de outubro de 1831, em que lhe foi conferido o partido de aspirante de piloto, até 17 de junho de 1833, em que completou todo o curso da extincta academia de marinha.

Nomeando os segundos tenentes da armada, Eduardo Augusto de Andrade e Sousa e João Climaco de Carvalho, para irem praticar por tres annos nas esquadras inglezas, visto que o governo de sua magestade britannica annui o pedido de serem admittidos a praticar nas suas esquadras alguns officiaes da marinha de guerra portugueza.

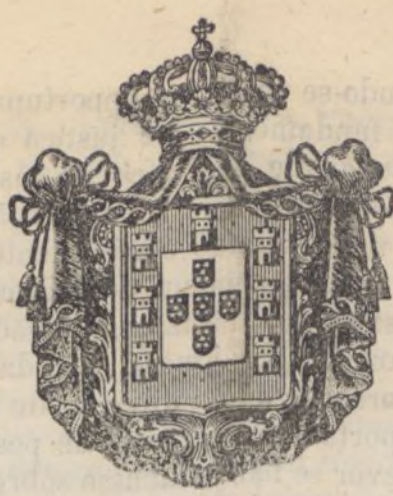
Portaria de 9: Participando que o primeiro tenente da armada, Antonio Augusto de Oliveira, terminou em tempo competente com zelo e dedicacão os trabalhos que lhe foram commettidos por portaria de 28 de outubro de 1858, e officio de 9 de março de 1859, dirigidos á extincta maioria general, de reduzir a menor ponto a planta do arsenal da marinha, que elle mesmo havia concluido; e de classificar na melhor ordem possivel uma grande porção de cartas hydrographicas, pertencentes á mesma secretaria d'estado.

Officio de 9: Participando que, por decreto de 22 de fevereiro ultimo, foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem militar de S. Bento de Aviz o capitão da provincia de Cabo Verde, addido ao corpo de veteranos da marinha, Marriano Antonio Ferreira Braklany.

Officio de 13: Participando que, por decreto de 11 de fevereiro proximo findo, foi nomeado cavalleiro da ordem militar de S. Bento de Aviz o major de infantaria de 1.ª linha da provincia de Mogambique, Jacinto Henriques de Oliveira Junior.

Declara-se o seguinte:

Anno 1860—Numero 81



DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Em 27 de fevereiro ultimo:

Apresentou-se o capitão tenente da armada, Frederico Carlos Rosa, por ter findado a licença com que se achava para se tratar.

Tomou posse da capitania do porto de Lagos o segundo tenente da armada, Antonio Francisco Ribeiro Guimarães.

Em 5 do corrente:

Apresentou-se o ajudante da 3.ª direcção da secretaria da marinha, Antonio dos Reis, regressado do Algarve, aonde se achava como escrivão encarregado do vapor *Argus*.

Em 7:

Mandando passar com guia da corveta *Estephania* para o vapor *Maria Anna* o segundo tenente da armada, Carlos Frederico de Almeida Pereira e Sousa.

Em 9:

Mandando desembarcar da corveta *Estephania* o segundo tenente da armada João Climaco de Carvalho, e do vapor *Maria Anna* o segundo tenente Eduardo Augusto de Andrade e Sousa, sendo igualmente este official abafado do effectivo do corpo de marinheiros a que pertencia, a fim de irem praticar nas esquadras britannicas.

Em 12:

Apresentou-se o segundo tenente da armada, José Joaquim de Almeida, regressando do vapor *Lynce*, d'onde desembarcou; sendo n'esta mesma data nomeado para servir de guarnição na corveta *Estephania*.

Em 17:

Apresentou-se o segundo tenente da armada, Valeriano José Soares, que pertenceu á guarnição do brigue *Mondego*, a fim de gosar da licença de dois annos que lhe foi concedida por portaria de 24 de agosto do anno proximo passado.

Em 26:

Mandando passar com guia do vapor *Infante D. Luiz* para o *Maria Anna* o segundo tenente, João Delhim; e da corveta *Estephania* para o vapor *D. Luiz* o segundo tenente, Antonio Maria Ribeiro da Costa Holtreman.

LICENÇAS

Portaria de 1 do corrente: Ao segundo tenente da armada, Augusto Carlos da Silva, para residir em Gibraltar, durante a licença da junta que está gosando, com a clausula de fazer constar mensalmente a sua existencia.

O chefe do estado maior da marinha, Soares Franco.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

REPARTIÇÃO CENTRAL

N.º 355.—III.º e ex.º sr.—Tenho a honra de remetter a v. ex.ª um relatório que me foi dirigido pelo segundo tenente de artilheria Francisco de Paula Campos e Oliveira, inspector interino dos pesos e medidas do Funchal. Descreve este official, no seu relatório, os processos irregulares adoptados para a medição dos terrenos d'aquelle districto, e esta descripção confirma o que tenho dito ácerca da urgente necessidade de tomar providencias para a organização do serviço de agrimensura.

Deus guarde a v. ex.ª Inspeção geral dos pesos e medidas do reino, 31 de março de 1860.—III.º e ex.º sr. Antonio de Serpa Pimentel, ministro e secretario d'estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria.—O inspector geral, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira.

Relatório ácerca das medidas agrarias, usadas no districto administrativo do Funchal, precedido de uma breve descripção do terreno da ilha da Madeira.

A ilha da Madeira, este ameno jardim que se levanta orgulhoso sobre o Oceano Atlantico, está situada entre 32º 49' 44" e 32º 37' 18" latitude norte, e entre 16º 39' 30" e 17º 16' 38" longitude ao oeste de Greenwich. A sua forma é a de um polygono irregular, apresentando no seu perimetro grandes saliencias e reentrancias, que formam consideraveis e lindas bahias, taes como a de Machico, a do Funchal, a do Porto Moniz e outras, na frente das quaes admira o viajante os quadros sublimes e magestosos das suas ricas paisagens, onde o frondoso dos bosques, o verde alcatifado dos montes, o florido dos seus valles, e a elegancia de suas habitações, fazem um contraste poetico e melancolico com o disseminado de suas choupanas de colmo, com o elevado dos seus picos soberbos, a rudez de suas rochas volcanicas, e asperceza de suas extensas serranias.

A sua maior extensão de leste a oeste, desde a Ponta de S. Lourenço até á Ponta do Pargo, é de 37 milhas geographicas, ou 69 kilometros proximoamente, e a sua maior largura, desde a Ponta da Cruz á Ponta de S. Jorge, é de 12,5 milhas ou 23 kilometros proximoamente.

Entre os diferentes cabos nota-se o cabo Girão, que tem 660 metros acima do nivel do mar.

Na mesma direcção leste oeste do seu maximo comprimento se apresenta uma grande serrania, acima da qual se elevam os mais agigantados picos, sendo o maior d'elles o pico Ruivo que tem 1980 metros acima do nivel do mar. Cortando as serras, e junto das bases d'esses picos, se vêem grandes profundidades formando innumeraveis e horribes despenhadeiros, dando em muitas paragens do terreno um aspecto sombrio e grandioso. A maior d'estas profundidades é a do curral das Freiras, que tem 429 metros proximoamente.

As aguas partindo do alto das montanhas correm abundantemente e com grande velocidade ao longo das serras, ramificando-se em diferentes direcções, despenhando-se em alguns sitios, formando cachoeiras, catadupras, cascatas, e caudalosas ribeiras; n'outros sitios, tendo já perdido a sua força, vão infiltrar-se por entre musgosas grutas, ou deslizar mansamente e por entre frontes valles, animando interessantes culturas e uma luxuriosa vegetação, na qual se admira o desenvolvimento de magestosas arvores e formosos arbustos, taes como o til, o vinhático, o castanheiro, o alamo, o cedro do Libano, o adorno, a palmeira, o platano, a camporeira, o jambero, a nespereira do Japão, a bananeira, a murta, o alecrim, a roseira, o jasmimino, o rosmaninho, e muitas outras arvores e arbustos que tornam o ar o mais puro e suave, embalsamando-o de suas essencias.

O viajante acha-se maravilhado admirando este lindo paiz, e eu, que o tenho percorrido muitas vezes, julguei que pisava essa ilha imaginaria tão poeticamente descripta por Fénelon.

Do lado do sul, entre uma bahia de 8 kilometros de extensão, pouco mais ou menos, começando na Ponta do Garajão e terminando na Ponta da Cruz, existe a pitoresca cidade do Funchal, disposta em amphitheatro, e ordenada por diferentes templos, palacios e muitas outras habitações e jardins, assim como de muitas fabricas e officinas. Aos lados da cidade correm duas grandes ribeiras, a de Nossa Senhora do Calhau e a de S. João; e uma outra mais importante do que estas, denominada de Santa Luzia, atravessa a cidade pelo centro.

No inverno as aguas d'estas ribeiras têm tal força que rojam na sua passagem grande quantidade de calhaus e pedregos de volumes enormes, pesando muitos d'estes mais de 3:000 kilogrammas ou 3 toneladas metricas.

A maior parte dos caminhos d'esta ilha são pessimos, pois não são mais que tortuosas, estreitissimas e arriscadas veredas, offerecendo grandes precipicios, tendo alguns d'elles por fundo o Oceano; contudo alguns caminhos ha bons, e entre elles deve notar-se uma excellente estrada que vae do Funchal á Camara de Lobos com uma magnifica ponte, podendo esta estrada ser comparada com as melhores do nosso continente.

Pela irregularidade do solo, formando grandes elevações e profundidades, como já descrevi, se pôde avaliar a grande difficuldade dos trabalhos de agrimensura n'estes terrenos, e principalmente em quanto á parte que diz respeito aos nivelamentos, o que é confirmado pela pratica de muitos engenheiros, que têm sido encarregados de diversos trabalhos n'este districto.

O districto do Funchal está dividido em dez concelhos, os quaes são: Funchal, Santa Cruz, Machico, Santa Anna, S. Vicente, Porto Moniz, Calheta, Ponta do Sol, Camara de Lobos, e a ilha de Porto Santo, distante da Ponta de S. Lourenço, na Madeira, 67 kilometros, e do Porto do Funchal, na mesma ilha, 99 kilometros proximoamente.

Em todos os concelhos do districto a agrimensura está em um estado lastimoso, tal como no continente. Os agrimensores seguem um methodo inteiramente empirico e inexacto para medir as diferentes superficies das figuras apresentadas pelo terreno. Desconhecem os mais simples instrumentos empregados na medição dos campos, e nunca os alinhamentos precediam como preparatorio a esta medição, ignorando, mesmo, a maneira de tirar as diferentes perpendiculares tão necessarias n'estes trabalhos. Se o terreno era inclinado, elles o mediam segundo a sua mesma inclinação, e nunca segundo a linha horizontal limitada pelas extremidades do mesmo terreno, d'onde provinham grandes erros na avaliação da quantidade dos productos agricolas, e finalmente no valor da propriedade.

A medição das terras faz-se n'este districto por canas, tendo cada uma o comprimento de 25 palmos ou 5 varas, porém na maior parte dos concelhos a vara não era affixada pelas camaras, e muitos agrimensores havia que a regulavam, marcando-a com o seu proprio palmo em um pau, ou hastea, a que elles chamavam hastea de medir.

Em algumas freguezias dos diferentes concelhos adoptavam o palmo de 8 pollegadas, que correspondia a 0,22 metros; n'outras adoptavam o antigo palmo inglez denominado *span*, ainda hoje usado nos Estados Unidos, e que corresponde a 8,31168 pollegadas portuguezas, ou 0,2286 metros.

Formando um rectangulo que tinha 25 canas, ou 30 canas, de comprimento, e a largura constante de uma cana, constituem uma superficie, á qual chamam alqueire de terra; e assim dizem alqueire de 25 canas, ou alqueire de 30 canas, conforme o numero de canas que dão ao comprimento do rectangulo. Nas freguezias em que o alqueire é de 25 canas e que adoptavam o palmo portuguez de 8 pollegadas, ou 0,22 metros, a superficie do rectangulo, ou alqueire de terra, correspondia a 7,5625 ares, e n'aquellas em que o alqueire é de 30 canas, e que adoptavam o mesmo palmo, o alqueire será igual a 9,0750 ares; e nas freguezias, em que adoptavam o palmo inglez já referido, o alqueire de 25 canas responderá a 8,1653 ares, e o de 30 canas a 9,7984 ares.

No concelho da Calheta medem sempre por alqueire de 30 canas, e adoptavam o palmo de 8 pollegadas ou 0,22 metros.

Em um mesmo concelho ha freguezias que medem por alqueire de 25 canas, e outras que medem por alqueire de 30. No concelho de Ponta do Sol, medem por alqueire de 30 canas as freguezias da Ponta do Sol, Canhas, e Magdalena, e de igual modo as freguezias de Porto Moniz, Achadas, e Ponta do Pargo, do concelho de Porto Moniz; e era adoptado n'estas o palmo inglez de 9 pollegadas, e n'aquellas o palmo portuguez de 8 pollegadas. Todos os mais concelhos medem por alqueire de 25 canas, porém era adoptado o palmo inglez de 9 pollegadas ou 0,2286 metros nos concelhos de Machico e de S. Vicente, na freguezia de Santa Anna do concelho d'este nome, e em todas as freguezias do concelho de Santa Cruz, excepto na freguezia do Caniço, que como os restantes concelhos medem por alqueire de 25 canas, e adoptavam o palmo de 8 pollegadas.

O alqueire de terra em todos os concelhos era ainda subdividido em quartas, meias e selamins, para representar a quarta, decima sexta, e trigésima segunda parte do mesmo alqueire.

A largura que muitas vezes davam aos terrenos, era ainda origem de outra nomenclatura. Assim chamavam vara de terra á superficie de um rectangulo, que tivesse uma das canas já referidas de comprimento, e uma vara de largura. Chamavam do mesmo modo palmo de terra á superficie de um rectangulo, que tivesse de comprimento uma das ditas canas e um palmo de largura, sendo esta que fa dar a denominação á superficie.

Alem da haste de medir, de que já falei, usavam tambem os agrimensores de uma linha á imitação da linha de pescar, ou mais propriamente semelhante ao cordel da barquinha, que usam os navios para calcular a velocidade, tendo n'esta linha ou cordel marcadas as canas e suas subdivisões de vara e palmo; e ainda usavam tambem de uma cana propriamente dita para medir pequenas superficies.

A medição da face das muralhas, muros, e finalmente de todas as obras d'este genero, a que chamam benfeitorias, era feita pela braça quadrada de 10 palmos cada braça linear, sendo o palmo de 9 pollegadas, ou denominado *span*. Chamavam um palmo de parede á superficie de um rectangulo que tinha de comprimento 90 pollegadas da referida medida ingleza, e de largura 9 das mesmas pollegadas, que prefazem o dito palmo; e isto por considerar um dos lados da braça quadrada, isto é a braça linear, dividida em 10 partes, e tirando por esses pontos parallelas ao outro lado contiguo ficara a superficie dividida em 10 pequenos rectangulos, que tem 1 palmo de largura cada um, a que chamam, como disse, 1 palmo de parede. A grossura da parede era sómente attendida para regular o preço de cada braça quadrada, assim diriam que 1 braça de parede tinha este ou aquelle preço, conforme a grossura da mesma parede, mas não calculando nunca o volume da parede, que devia ser expresso em medidas cubicas.

O numero de agrimensores de cada concelho é indeterminado.

Os agrimensores não têm as habilitações sufficientes para exercerem como devem a sua arte, pois que alguns d'elles ha que nem se quer sabem ler.

As camaras municipaes não tinham agrimensor algum ou outra qualquer pessoa encarregada especialmente da medição dos terrenos, excepto a camara do Funchal, que tem um individuo muito habil, que é encarregado de alguns trabalhos especiaes de medição. D'este modo os agrimensores não percebiam vencimento algum pelas camaras municipaes; a sua paga era regulada pela tabella da novissima reforma judiciaria, se o negocio corria em juizo; mas se o trabalho de que eram incumbidos era particular, a paga era feita conforme o ajuste sem haver preço estabelecido.

Pôde-se pois concluir que não havia pessoa alguma officialmente encarregada dos trabalhos da agrimensura em nenhum dos concelhos d'este districto, e que esta parte do serviço publico e de tanta consideração estava votada a um abandono completo, medindo cada um pelo alqueire que queria e adoptando o palmo que mais lhe convinha, sendo tudo confuso e desordenado.

Alguns agrimensores assistiram ás preleções do systema metrico-decimal, mas sem frequencia regular, e apenas houve um que frequentou regularmente e que ha pouco requereu para fazer exame do mesmo systema.

Julgo que seria muito conveniente abrir um curso especial para os agrimensores, chamando-os todos á capital do districto, e que depois de approvados no systema metrico-decimal, e mostrando que sabiam ler, escrever e contar, sejam admittidos em tempo opportuno a um outro curso de agrimensura tambem especial, e indispensavel para adquirirem o conhecimento dos diferentes instrumentos empregados n'esta arte, assim como a pratica d'elles na applicação dos diferentes methodos de medição, e todos os outros meios que forem inteiramente necessarios para a perfeita execução dos trabalhos da medição dos campos.

Ainda que conheço bem que era necessario que as pessoas que se matriculassem no curso de agrimensura tivessem outras habilitações, com tudo isto não remediaria, melhorando de algum modo este ramo de serviço publico em quanto elle não poder chegar ao grau de perfeição em que está nos paizes mais adiantados.

Quiz n'este meu relatório apresentar qual era a área de cada um dos concelhos em particular, assim como a parte d'essa área destinada á cultura, porém a falta de uma carta topographica exacta e que representasse as culturas d'esses diferentes concelhos, assim como a mingoa de esclarecimentos das camaras municipaes a este respeito, e a falta de dados estatísticos, me privaram de effectuar este desejo e de aperfeçoar este trabalho.

Tomei para bases d'este relatório, em quanto ao que diz respeito ás medidas agrarias, as informações havidas de todas as camaras municipaes, e aquellas que eu pude obter quando percorri o districto; podendo assegurar, que empreguei todos os meios que estavam ao meu alcance para bem esclarecer esta materia, porque a julgo a mais importante e necessaria, pois que é do conhecimento das

mente de todas as obras d'este genero, a que chamam benfeitorias, era feita pela braça quadrada de 10 palmos cada braça linear, sendo o palmo de 9 pollegadas, ou denominado *span*. Chamavam um palmo de parede á superficie de um rectangulo que tinha de comprimento 90 pollegadas da referida medida ingleza, e de largura 9 das mesmas pollegadas, que prefazem o dito palmo; e isto por considerar um dos lados da braça quadrada, isto é a braça linear, dividida em 10 partes, e tirando por esses pontos parallelas ao outro lado contiguo ficara a superficie dividida em 10 pequenos rectangulos, que tem 1 palmo de largura cada um, a que chamam, como disse, 1 palmo de parede. A grossura da parede era sómente attendida para regular o preço de cada braça quadrada, assim diriam que 1 braça de parede tinha este ou aquelle preço, conforme a grossura da mesma parede, mas não calculando nunca o volume da parede, que devia ser expresso em medidas cubicas.

O numero de agrimensores de cada concelho é indeterminado.

Os agrimensores não têm as habilitações sufficientes para exercerem como devem a sua arte, pois que alguns d'elles ha que nem se quer sabem ler.

As camaras municipaes não tinham agrimensor algum ou outra qualquer pessoa encarregada especialmente da medição dos terrenos, excepto a camara do Funchal, que tem um individuo muito habil, que é encarregado de alguns trabalhos especiaes de medição. D'este modo os agrimensores não percebiam vencimento algum pelas camaras municipaes; a sua paga era regulada pela tabella da novissima reforma judiciaria, se o negocio corria em juizo; mas se o trabalho de que eram incumbidos era particular, a paga era feita conforme o ajuste sem haver preço estabelecido.

Pôde-se pois concluir que não havia pessoa alguma officialmente encarregada dos trabalhos da agrimensura em nenhum dos concelhos d'este districto, e que esta parte do serviço publico e de tanta consideração estava votada a um abandono completo, medindo cada um pelo alqueire que queria e adoptando o palmo que mais lhe convinha, sendo tudo confuso e desordenado.

Alguns agrimensores assistiram ás preleções do systema metrico-decimal, mas sem frequencia regular, e apenas houve um que frequentou regularmente e que ha pouco requereu para fazer exame do mesmo systema.

Julgo que seria muito conveniente abrir um curso especial para os agrimensores, chamando-os todos á capital do districto, e que depois de approvados no systema metrico-decimal, e mostrando que sabiam ler, escrever e contar, sejam admittidos em tempo opportuno a um outro curso de agrimensura tambem especial, e indispensavel para adquirirem o conhecimento dos diferentes instrumentos empregados n'esta arte, assim como a pratica d'elles na applicação dos diferentes methodos de medição, e todos os outros meios que forem inteiramente necessarios para a perfeita execução dos trabalhos da medição dos campos.

Ainda que conheço bem que era necessario que as pessoas que se matriculassem no curso de agrimensura tivessem outras habilitações, com tudo isto não remediaria, melhorando de algum modo este ramo de serviço publico em quanto elle não poder chegar ao grau de perfeição em que está nos paizes mais adiantados.

Quiz n'este meu relatório apresentar qual era a área de cada um dos concelhos em particular, assim como a parte d'essa área destinada á cultura, porém a falta de uma carta topographica exacta e que representasse as culturas d'esses diferentes concelhos, assim como a mingoa de esclarecimentos das camaras municipaes a este respeito, e a falta de dados estatísticos, me privaram de effectuar este desejo e de aperfeçoar este trabalho.

Tomei para bases d'este relatório, em quanto ao que diz respeito ás medidas agrarias, as informações havidas de todas as camaras municipaes, e aquellas que eu pude obter quando percorri o districto; podendo assegurar, que empreguei todos os meios que estavam ao meu alcance para bem esclarecer esta materia, porque a julgo a mais importante e necessaria, pois que é do conhecimento das

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Lisboa, no mez de março de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS

PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE LISBOA

De posta interna..... 14:306
Do reino e ilhas..... 88:026
De Hespanha..... 2:667
D'alem dos Pyreneos..... 4:995
Das provincias ultramarinas..... 4:227
De portos estrangeiros, por navios..... 90
De Inglaterra, pelos paquetes..... 1200
Do Mediterraneo, pelos paquetes..... 2:611
Dos portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos..... 212

PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS

Para terras do reino e ilhas..... 110:834
Para Hespanha..... 135:653
Para alem dos Pyreneos..... 84:667
Para as provincias ultramarinas..... 9:945
Para o Brazil, por navios..... 1:734
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos..... 13
Para Inglaterra, pelos paquetes..... 661
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes..... 1:458

No mez de março de 1859 o movimento da correspondencia foi de

Segundo dispõe o novo regulamento postal, as 144 cartas e os 36 jornaes e impressos de posta interna, não sellados, existem na administração central, e não se mandam entregar por não se acharem franqueados, as primeiras com o selo de 25 réis, e os ultimos com dois sellos de 5 réis. Pelo mesmo motivo de falta de sellos existem por expedir as 13 cartas e os 7 jornaes e impressos para alem dos Pyreneos.

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Lisboa, e as de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Lisboa, em 9 de abril de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

CORPO DE ARTILHERIA

O conselho administrativo das bateriasapparelhadas do corpo de artilheria pretende dar de arrematção as rações de verde para os cavallos e muelles pertencentes ás ditas baterias, cuja arrematção terá lugar no dia 16 do corrente mez, pelas onze

Terça-feira 10 de Abril

PREÇOS

ASSIGNATURAS

COM ESTAMPILHA

Por um anno 12\$000

Por seis mezes 6\$600

Por tres mezes 3\$600

Communicados e correspondencias, por linha 5060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

ASSYLO DA MENDICIDADE

A administração d'este pio estabelecimento recebeu do ill.º sr. G. J. a quantia de 45\$000 réis, esmola sufragando a alma de seu irmão. Lisboa, 9 de abril de 1860.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Abre-se concurso por tres mezes, perante o mesmo conselho, a contar da publicação d'este aviso, para o provimento do lugar de cirurgião-mór de Macau, em conformidade com o disposto no decreto de 11 de dezembro de 1851. Os facultativos que o entenderem podem apresentar no hospital da marinha os seus requerimentos devidamente documentados. Hospital da marinha, 30 de janeiro de 1860.—Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos, presidente do conselho de saude naval e do ultramar.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

O conselho de administração de marinha ha de pôr de novo em arrematção, nos dias abaixo mencionados, pelo meio dia, os seguintes objectos: No dia 17 do corrente o transporte das madeiras cortadas na mata do Bourro para o serviço do arsenal, desde o dito lugar até ao embarque no Carregado; abrindo-se a praça sobre o lance já offerecido de 2:412\$000 réis.

No dia 19 a venda dos cabos julgados inuteis, existentes nos depósitos do arsenal da marinha. Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 7 de abril de 1860.—O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairão, a 12 do corrente, para o Rio de Janeiro o brigue *Alpede*, a para S. Miguel o patacho *Magricio*, e a 15, para S. Miguel, Terceira e Fayal, o vapor *Agoriano*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até aos referidos dias, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 9 de abril de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

CARTAS E JORNAES RETIDOS POR FALTA DE FRANQUIA

Para Lisboa

Antonio Azevedo Ozorio Machuca, Antonio Cavalleiro, Antonio Henriques da Rocha, Antonio José Velloso, Anna da Conceição—Bento Lopes—Cardal Patriarcha, Conde Doria, Conde de Mello, Condessa de Penafiel—Duqueza de Palmella, Duqueza da Terceira—Filippe Antonio Sousa Telles, Francisco Pinheiro—Holmes (mr.)—João Antonio Dias, João Augusto dos Anjos, João Moviha, João Paulo, Joaquim Manuel de Almeida, José Alexandre Rodrigues, José Gonçalves Braga, José Maria de Sousa Gomes, José Rodrigues da Silva Carvalho—Luiz José Romão de Azevedo, Leonor Maria Alves—Manuel Joaquim, Marquez de Rezende, Maria José Mendes, Maria Luciana Azevedo—Pinto Oliveira & Comp.—Redactor do *Jornal do Commercio*.

Para Boston

D. D. Slade (m.º).

Para New York

Redacção do *Medicine Times*

horas da manhã. Os indivíduos a quem interessar este annuncio deverão comparecer na secretaria das ditas baterias no quartel da Boa Hora, em Belem, onde serão presentes as condições.

Quartel na Boa Hora, em Belem, 8 de abril de 1860.—*José Antonio da Costa Braklamy*, 2.º tenente, secretario.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 9 DE ABRIL

PRESENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTIRES
A meia hora da tarde verificou-se, pela chamada, estarem presentes 68 srs. deputados.

O sr. Presidente.—declara aberta a sessão.
Acta approvada.

Dá-se conta das seguintes declarações:
1.º Declaro que votei contra o contrato Salamanca, na generalidade e na sua especialidade, em todos os seus artigos e §§.—*Alves Martins*.

Manda-se lançar na acta.
2.º Do sr. Julio do Carvalho, de que tem faltado às sessões desde o dia 27 do mez passado, por grave incommodo de saúde.—*Inteiramente*.

3.º Do sr. Vaz da Fonseca, de que o sr. Char- ters por motivo justificado não pôde comparecer na ultima sessão, e não poderá comparecer a mais algumas.—*Inteiramente*.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do sr. Pinto de Albuquerque, participando que não tem comparecido às sessões desde o dia 3, em consequencia do fallecimento de seu tio Filipe de Albuquerque.—*Inteiramente*.

2.º Do ministerio da fazenda, acompanhando as copias das portarias, pedidas pelo sr. Silva Cabral, expedidas á alfandega municipal de Lisboa em 7 de janeiro e 6 de fevereiro do corrente anno, permitindo a entrada e despacho, livre de direitos, de varios artigos para a empresa dos caminhos de ferro portuguezes.—*Para a secretaria*.

3.º Do mesmo ministerio, acompanhando a nota demonstrativa, pedida pelo sr. Carlos Bento, do estado do emprestimo contratado em 30 de junho de 1859 com a casa Erlanger.—*Para a secretaria*.

4.º Do mesmo ministerio, acompanhando o mapa, pedido pelo sr. Lopes Branco, do pessoal de que é composta a administração geral do pescadão.—*Para a secretaria*.

5.º Do ministerio das obras publicas, acompanhando os documentos que existem n'aquella secretaria, acerca da estrada de Braga a Bragança por Chaves e alturas de Barros; satisfazendo assim a um requerimento do sr. Barros e Sá.—*Para a secretaria*.

6.º Do ministerio da marinha, acompanhando as copias, pedidas pelo sr. Arribas, do officio n.º 19-A, que ao conselho ultramarino dirigiu o governador geral da provincia de Cabo Verde, em 27 de setembro de 1855, e do documento a que o mesmo officio se refere.—*Para a secretaria*.

7.º Uma representação da camara municipal da Povoia de Castello de Lanhoso, sobre a directriz da estrada de Braga a Chaves.—*A comissão de obras publicas*.

Tem segunda leitura a seguinte proposta:
«Requerio que, pelos ministerios do reino e da fazenda, como providencia interina, em quanto se não discutem as medidas geraes e permanentes, se expedam immediatamente ordens aos governadores civis para que passem licenças para abrirem distillação todas as fabricas de aguardente, situadas a cinco leguas de distancia da fronteira hespanhola, e dentro d'essa distancia aquellas que tiverem completado o seu processo de habilitação, embora não tenham recebido o seu diploma, sem mais dependencia que o requererem seus donos licenças aos governadores civis, assignando termo de responsabilidade de não distillarem senão vinhos de produção nacional, respondendo pela pureza da aguardente que sair da sua fabrica, sob pena de perdimento da fabrica, se se provar que n'ella entraram vinhos ou aguardentes estrangeiros, sendo arrebatada, e metade do seu valor para o denunciante, e outra metade para o estado.

Que todos os donos das fabricas dêem semanalmente parte ao governo civil de todos os vinhos que tiverem comprado ou recebido para distillação, circumstanciando frequencia, adega, nome do vendedor ou dono, numero de pipas entradas na fabrica, numero de pipas de aguardente distillada na semana.

Que as pipas de aguardente saíam da fabrica marcadas e numeradas a fogo, acompanhadas de uma guia passada pelo dono responsável, rubricada pelo administrador do concelho, e reconhecida por tabelião, referindo o numero da pipa de aguardente a que pertence.

Que a guia respectiva acompanhe o genero, podendo-se-lhe o portance todas as vezes que mudar de possuidor.—*Affonso Botelho de Sampaio e Sousa*.

O sr. Presidente.—esta proposta já foi admittida na sessão antecedente, mas ficou adiada por não estar presente o seu autor.

O sr. Affonso Botelho.—como se vae discutir na ordem do dia um projecto que tem toda a analogia com esta proposta, por isso pede licença para a retirar.

A camara consente que fosse retirada.

O sr. Mello Soares.—tendo a camara resolvido que ficasse sobre a mesa os documentos relativos ao projecto n.º 10, para poderem ser examinados antes de se entrar na discussão, succede que tendo procurado esses documentos não os encontrou nem na mesa nem na secretaria; e não se podendo entrar na discussão d'este importante objecto sem esse exame, pede que os papéis venham para a mesa; porque no mesmo caso em que se encontra a este respeito, se encontram outros srs. deputados, que também precisam de os examinar.

O sr. Presidente.—declara que os papéis não estão na mesa, mas era da sua intenção não abrir discussão sobre este projecto sem estarem na mesa os documentos, para serem examinados pelos illustres deputados, e se o mencionou na ordem do dia, é por o ter já dado desde o dia 12.

O sr. Pulido.—manda para a mesa uma representação da camara municipal de Serpa, pedindo a approvação da proposta do governo para se approvar o contrato para a continução do caminho de ferro das Vendas Novas a Beja; e faz algumas considerações para mostrar a justa pretensão do municipio de Serpa.

O sr. Silva Cabral.—manda para a mesa uma representação dos cidadãos da villa de Amarante, com 733 assignaturas, reclamando contra as medidas financeiras ultimamente apresentadas pelo ministerio.

O sr. Xavier da Silva.—envia para a mesa uma representação dos povos de Castello Branco, com 334 assignaturas, contra as medidas financeiras do governo.

O sr. Pereira de Carvalho e Abreu.—envia para a mesa um requerimento.

O sr. Gaspar Pereira.—participa que não pôde comparecer a algumas sessões por incommodo de saúde.

Pede também se lhe reserve a palavra para quando estiver presente o sr. ministro das obras publicas.

O sr. Roballo de Azevedo.—manda para a mesa uma representação de 16 professores de ensino primario, residentes nos concelhos de Amarante, Baião e Felgueiras, pedindo se lhes augmentem os seus ordenados.

Observa que nada mais razoavel, nada mais justo, que o pedido d'aquelles professores.

A ignorancia em que, na maxima parte, se acha o povo portuguez, é uma verdade que ninguém ousa contestar; bem como é incontestavel, que em quanto não for melhorada a sorte d'aquella importante classe, estabelecendo-se-lhe ordenados mais avultados, é impossivel que o povo possa sair do triste estado em que o vemos, envolvido nas trevas da mais completa ignorancia.

Não nos iludissemos, attendendo somente para o que se observa na capital e algumas grandes cidades do reino. Aqui o povo lê, o povo toma interesse e toma parte na causa publica; porém nas pequenas villas e aldeias o povo é indifferente aos negocios publicos: vae more pecudum para onde o conduzem, e, o que é mais, vae até constringido, porque ha paes de família que não consentem que seus filhos vão á escola, para que não venham um dia a exercer o cargo de juiz eleito, regedor ou jurado. Tal é a ignorancia!

Sabe que não é esta a occasião propria para mostrar a urgente necessidade de tratar de um objecto de tanta monta. Reserva-se porém, para em occasião mais opportuna dar a verdadeiro desenvolvimento ás idéas que tem a este respeito; limitando-se por agora simplesmente a ponderar que o povo ignorante, nunca pôde desempenhar dignamente os seus deveres, mórmente em um governo representativo em que tem de eleger os seus representantes.

Para cumprir pois esta missão e tomar parte nos negocios publicos, é mister que seja mais instruido, e para isto carree de ter mestres que o eduquem, instrua e moralisem, o que será difficil encontrar em quanto forem tão mal retribuidos.

Quem, devidamente habilitado, querá tomar sobre si a árdua tarefa de ensinar meninos, cujas faculdades intellectuaes não tem o menor desenvolvimento? Que trabalho, que paciência não necessita o professor para ensinar ás creanças o conhecer as letras, a formar as syllabas e a ler as palavras, uma oração, um periodo? E qual é a recompensa? Um ordenado tão diminuto, que não consente que o mestre tenha a devida independencia, que o não deixa dedicar exclusivamente ao seu mister, e que o deixa em fim, se não tem outros recursos, perceber de fome e miséria. Dê-se pois a esta classe a devida retribuição, attendendo-se ao seu trabalho e á utilidade que d'elle resulta.

Foi porventura mais extenso do que devia: dois motivos porém o levaram a isso: o mostrar aos seus constituintes que não poz de parte o seu pedido, e porque o seu coração não pôde ser insensivel aos clamores de uma classe tão útil e respeitavel.

O sr. Dias de Azevedo.—manda para a mesa uma representação da camara municipal do concelho da Chamusca, reclamando duas providencias, de que não só carece mas são indispensaveis para evitar a total ruína do mesmo concelho: queixa-se a camara da nenhuma policia que existe nas margens do Tejo, e o nenhum resultado das despesas feitas com uma repartição que devia proteger os fertes campos da Chamusca: queixa-se de existirem no Tejo varios mouchões, e de se irem criando outros, que, dividindo as aguas, lhes dão rapidas correntes, o que facilita a abertura de bocas nas margens, de que resulta a ruína dos mesmos campos: e actualmente está a villa da Chamusca exposta a ser devorada pelo Tejo por uma bôca que está começada ao norte, nascente da mesma villa: queixa-se da insalubridade de Valle de Cavallos, occasionada por peguenos mouchões na Ribeira de Ulme, que pelo Paul da Trova vem obstruir a valla de Alpiara, que desgraçadamente começou por se abrir pelo lado inferior, que está mais elevado do que a parte superior, do que resulta a estagnação das aguas, e um foco permanente de infecção, que annualmente dizima os povos d'aquelles contornos: a camara municipal já representou todos estes inconvenientes, e a junta geral do districto já fez as suas reclamações ao governo, mas por ora debalde.

Ora, sendo o concelho da Chamusca contribuinte em larga escala, parece impossivel, mas é verdade, que não tenha sido contemplado com nenhum melhoramento material: de muitos carece elle, mas por agora limita-se a estes dois, e por isso também elle, orador, se limitava a pedir á illustre comissão de obras publicas, que tome na mais séria consideração esta representação, porque os males do que se queixam são de notoriedade publica, e merecem a attenção do governo e dos corpos legislativos.

O sr. Faria Guimarães.—manda para a mesa uma nota de interpellação, e pede ser inscripto para apresentar um projecto de lei.

O sr. Barros e Sá.—envia para a mesa uma representação da camara municipal de Monte Alegre, a fim de se mandar proceder aos estudos da estrada de Braga a Chaves.

Manda também um requerimento pedindo esla-rcimentos ao governo.

O sr. João José de Azevedo.—manda para a mesa uma representação dos proprietarios de fabricas de papel no concelho da Feira, reclamando contra a taxa da industria com que na proposta do sr. ministro da fazenda vem tributadas as fabricas de papel.

O sr. Rodrigues Sampaio.—envia para a mesa um projecto de lei para se reconstruir o concelho da Moita.

O sr. D. Rodrigo de Menezes.—vendo que o sr. ministro do reino não apresenta o projecto para a abolição dos passaportes, e sendo instado para dar andamento a este negocio, remette para a mesa uma proposta renovando a iniciativa de um projecto de lei que a este respeito apresentou na legislatura passada.

Pede ao sr. presidente, que no extracto da sessão do *Diário de Lisboa* se declare o objecto a que se referem os projectos dados para ordem do dia.

O sr. Affonseca.—envia para a mesa um requerimento do sub-chefe da delegação da alfandega grande de Lisboa, na Trafaria, que tem 118550 réis mensaes; pedindo que lhe seja augmentado o seu ordenado.

O sr. Sousa Machado.—envia para a mesa o diploma do sr. Pedro Roberto Dias da Silva, deputado eleito pelo circulo das Vellas.

O sr. Aristides.—manda para a mesa um requerimento.

O sr. Pinto Carneiro.—apresenta um requerimento do capitão de infantaria n.º 14, João José Botelho de Lucena; e pede que a comissão de guerra tome em consideração esta pretensão.

O sr. Coelho de Carvalho.—na sessão de 14 de abril de 1857, foi presente a esta camara uma representação da camara municipal de Lagos, pedindo que lhe fosse concedida a igreja de Nossa Senhora da Graça, com as pertencas indicadas na mesma representação, a fim de ser dedicada a S. Gonçalo.

Como se vê do *Diário da Camara*, foi essa representação remetida á comissão de fazenda, e por informações que pessoalmente colheu da secretaria da casa, sabe que a mesma representação foi em maio de 1857 enviada ao ministerio da fazenda, para que o governo a informasse; este negocio que prenden a attenção da camara municipal de Lagos, não podia deixar de chamar a sua, e por

isso, reservando-se sustentar opportunamente as razões e bons fundamentos de justiça que ha n'esta pretensão, pede que pela mesa se inste com o governo a dar com urgencia a informação pedida.

Custa-lhe ver protraído o andamento de questões interessantes que dependem da comissão de pescarias. A installação d'esta comissão têm obstatos circumstancias que ignora, e todavia respeita; achando-se porém ligado á direcção de uma das nossas mais importantes empresas de pescarias, faltaria ao seu dever se não chamasse sobre isto a attenção da mesa.

Manda para a mesa:

1.º Um requerimento, renovando a iniciativa do que apresentou em 20 de março, sobre as Caldas de Monchique.

2.º Uma representação da camara municipal de Monchique, pedindo que a estrada do litoral no Algarve passe no porto de Lagos vindo de Silves.

3.º Uma nota de interpellação ao sr. ministro das obras publicas, sobre a comparação das actuaes medidas de capacidade de secos, com as do novo systema legal de pesos e medidas no Algarve.

4.º Finalmente, um requerimento pedindo que pela mesa se inste com o governo a dar a informação sobre a concessão da capella de Nossa Senhora da Graça para S. Gonçalo de Lagos.

O sr. Luiz Albano.—renova a iniciativa do requerimento que apresentou á camara em 8 do mez passado, pedindo que pelo ministerio do reino fosse remetido á camara o plano de estudos medicos da universidade de Coimbra, documento que deve ser preciso para a discussão de um projecto de lei que tem de vir á camara brevemente.

O sr. Nogueira Soares.—Apresenta duas representações, uma da camara municipal de Angra, e outra de todos os principaes cavalleiros da ilha Terceira, pedindo a approvação do projecto do sr. ministro da justiça, para a supressão da relação dos Açores. Expõe os motivos em que as representações se fundam, e pede que sejam remetidas á comissão competente, para as tomar em consideração.

Manda para a mesa o diploma do sr. Jacome de Bruges, deputado pela mesma ilha, a fim de ser mandado á comissão de poderes, assim como tres documentos que provam a elegibilidade d'este cavalleiro.

O sr. Visconde de Portocarrero.—manda para a mesa duas representações, uma da camara municipal de Ponta Delgada, outra da camara municipal de Villa Franca do Campo, pedindo a conservação da relação dos Açores, nas quaes se apresentam razões de conveniencia publica que demonstram a necessidade da conservação da mesma relação. Abstem-se de as expor, e pede que sejam remetidas á comissão de legislação para as avaliar devidamente, reservando-se para quando este projecto vier á discussão, apresentar os motivos de justiça e conveniencia que exigem a conservação da dita relação.

Manda também um requerimento para que, pela repartição competente, seja remetida á camara uma relação das causas julgadas na relação dos Açores nos ultimos tres annos, 1857, 1858 e 1859, com distincção das civis, crimes, e agravos.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro).—apresenta duas propostas de lei por parte do ministerio a seu cargo, e duas por parte da presidencia do conselho de ministros.

De umas e outras se dará conhecimento quando se lhes der expediente pela mesa.

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DO PROJECTO DE LEI N.º 17

Senhores.—A vossa comissão de pautas foi presente uma proposta do governo, contendo as quatro seguintes alterações na pauta das alfandegas: a primeira, reduzindo o actual direito de 36000 réis, que paga a aguardente, a 25000 réis por almude de alcool puro; a segunda, substituindo a escala movel que regula para o azeite de oliveira pelo direito fixo de 800 réis por almude; a terceira, elevando a 1 por cento o direito de reexportação para o fim de harmonisar com o direito de exportação; e a quarta, applicando aos navios nacionaes e aquellos que gosam das mesmas vantagens as isenções concedidas aos navios francezes pelo artigo 14.º do tratado de commercio com a França de 9 de março de 1853.

Em quanto á primeira alteração, considerando que a aguardente é materia prima para o fabrico do vinho; considerando que o elevado direito está hoje em vigor tem sido um estímulo ao grande contrabando que se faz pela raia; e considerando a opportuidade da redução em vista da maior exportação provavel dos nossos vinhos, depois da grande redução dos direitos effectuados recentemente na pauta ingleza; a vossa comissão não hesitou um só momento em dar-lhe a sua approvação. E attendendo ás muitas fabricas de distillação que existem no paiz, e á applicação para queima que os nossos lavradores dão principalmente aos vinhos ordinarios, julgou prudente a redução proposta pelo governo. Anos tem havido em que a superabundancia da colheita convia á queima para aguardente, como o meio de cobrir a differença entre o custo da produção do vinho e o seu baixo preço, e outros de escacez em que, apesar da alta dos vinhos, não obtem o lavrador um preço remunerador em relação ás mitas e imprevisíveis despesas do custeio e exiguidade da sua produção. Acresce ainda a consideração do cuidado que nos devem merecer todas as industrias que prendem com a agricultura, e por tanto a fabricação da aguardente nacional, a qual pela sua superior qualidade, não serve só para o adubo dos nossos vinhos, como deve fornecer-nos no futuro um dos mais valiosos artigos de exportação. Por estas razões, e ponderando que esta alteração não inibe o governo, e pelo contrario lhe facilita uma maior redução, que a experiencia, assim o esperamos, ha de aconselhar, a vossa comissão julga aceitavel esta diminuição de 50 por cento no direito em vigor, calculada a differença entre a gradação da aguardente para vinho e a do alcool puro.

Segundo se vê da proposta do governo, refere-se o direito ao alcool puro, por ser este o meio mais exacto e seguro de realizar o direito conformo o valor do genero. Para este fim a commissão externa das pautas, segundo se lê na sua consulta que serviu de base a esta proposta de lei, obriga-se a confeccionar as tabellas de gradação, em vista das quaes será muito facil nas alfandegas conhecer a força alcoolica da aguardente.

Pela impossibilidade porém de avaliar a porção de alcool do cognac ou de outra, qualquer aguardente que viesse em garrafas, a vossa comissão, de accordo com o governo, entendeu conveniente fazer a este respeito um additamento ao artigo 1.º da proposta.

Relativamente á segunda alteração bastaria attende- r á facilidade com que a escala movel pôde ser illudida, e á incerteza que d'ella resulta, tão contraria ás transacções do commercio, para que ficasse demonstrada a utilidade d'esta medida, se não fosse por todos sabido que a escala movel é hoje geralmente rejeitada como meio fiscal. Em virtude d'esta alteração o direito que variava de 24000 a 740 réis, segundo o preço regulador no mercado, oscillava entre 36599 e 48800 réis por almude, ficando pela actual proposta um direito fixo de 800 réis por almude, isto é, pouco mais do direito minimo até agora estabelecido. Esta redução, que é uma garantia para o consumidor contra os males do monopolio, não pôde por outro lado prejudicar este importante artigo da nossa produção agricola, por isso que o

azeite nacional não só abastece os mercados do paiz, como dá um consideravel excedente para a exportação.

Quanto á terceira alteração tem a vossa comissão a notar que pagando, segundo a pauta, 1/4 por cento as fazendas estrangeiras reexportadas, e as nacionaes exportadas 1 por milhar, e tendo sido elevado este ultimo direito, pelo decreto de 14 de agosto de 1858, a 1/2 por cento, resultou d'aqui um favor concedido ás fazendas estrangeiras em prejuizo da industria nacional. Esta medida tem portanto dois fins: 1.º, harmonisar os direitos; 2.º, permittir que os nossos productos possam concorrer vantajosamente nos mercados das nossas possessões com os productos estrangeiros reexportados, os quaes, alem de gosarem aqui de uma armazenagem gratuita, têm o grande beneficio do baixo preço das materias primas, cujos direitos são ainda bastante elevados entre nós.

Observaremos por fim que, pelo artigo 14.º do tratado de commercio celebrado com a França em 9 de março de 1853, os navios francezes que estiverem em algum dos casos mencionados no mesmo artigo são aliviados dos direitos de tonelagem. Esses casos são os seguintes: 1.º, os navios que, tendo entrado em lastro de qualquer porto que seja, saírem em lastro; 2.º, os navios que, passando de um porto de um dos estados a outro ou outros do mesmo estado, quer seja para n'elles depositarem toda ou parte da sua carga, quer seja para a comporem ou completarem, justificarem ter já satisfeito aquellos direitos; 3.º, os barcos de vapor empregados no serviço do correio, de passageiros e de suas bagagens, contanto que não façam operação alguma commercial; 4.º, os navios que, tendo entrado com carga em um porto, seja voluntariamente ou por arribada forçada, saírem do mesmo porto sem ter feito operação alguma commercial. Esta isenção de que igualmente goza a Gran-Bretanha, que é pelos tratados equiparada á nação mais favorecida, importa um privilegio, um direito differencial contra a nossa bandeira. E portanto no intuito de collocar a nossa navegação em condições de igualdade e concorrência com a das outras nações, que o governo entendeu dever applicar essa isenção aos navios portuguezes, estendendo-a por consequencia ás outras nações, cujas bandeiras, por via de tratados, são equiparadas á bandeira nacional. E esta pois uma alteração que os interesses da nossa navegação e do nosso commercio de sobejo justificam.

Por todas estas considerações é a vossa comissão de parecer que approve a seguinte proposta de lei:

Artigo 1.º A aguardente estrangeira pagará o direito de 25000 réis por almude de alcool puro.

§ 1.º A aguardente de cognac e qualquer outra em garrafas pagará como alcool puro.

§ 2.º O governo designará as alfandegas, tanto de portos de mar como de portos secos, pelas quaes este genero pôde ser admittido á despacha.

Art. 2.º O azeite de oliveira, procedente de paiz estrangeiro, pagará o direito fixo de 800 réis por almude.

Excceptua-se o azeite de Florença, que continuará a pagar o direito actualmente estabelecido.

Art. 3.º As fazendas estrangeiras, não especificadas na tabella de exportação e reexportação, ficarão sujeitas, quando forem reexportadas, ao pagamento de 1 por cento *ad valorem*.

Art. 4.º As isenções de direitos de tonelagem concedidas aos navios francezes pelo artigo 14.º do tratado de commercio com a França, confirmado pela carta de ratificação de 2 de setembro de 1853, serão extensivas, nos casos previstos no citado artigo e nos mesmos termos, aos navios portuguezes e aos estrangeiros de todas as nações.

Art. 5.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala da comissão das pautas, em 2 de abril de 1860.—*Gaspar Pereira da Silva*—*Assinam José Braamcamp* (com declaração)—*João José de Azevedo*—*Claudio José Nunes*—*Francisco Rodrigues Batalha* (com declaração)—*Antonio de Gouveia Osorio*—*João Antonio Gomes de Castro*, relator.

O sr. Domingos de Barros (sobre a ordem):—manda para a mesa a seguinte proposta:

Proponho que o parecer da comissão de pautas, para a diminuição dos direitos da aguardente, volte á mesma comissão, para que, ouvindo as commissões de vinhos e agricultura, reforme ou confirme o seu parecer.—*Domingos de Barros Teixeira da Moita*.

Considerada como adiamento é apoiada, e entra em discussão.

O sr. Gomes de Castro:—a comissão das pautas já declarou na sessão passada, que não se queria oppor por modo algum ao adiamento, porque se poderia considerar isso da parte d'ella uma falta de delicadeza com os seus collegas das commissões de vinhos e agricultura.

A comissão não ouviu o parecer das dos vinhos e de agricultura, porque lhe não foi isso indicado quando se lhe commetteu este negocio. A sua opinião como deputado é um pouco distincta da que tem como membro da comissão; n'este caso entendo que não lhe está bem rejeitar o adiamento; mas, como deputado, entendo que a praxe seguida na camara a este respeito é, quando se remette qualquer negocio a alguma comissão, indicar-se logo aquellas que devem emitir também a sua opinião sobre esse negocio, e não esperar-se que a comissão a que é remetido apresente o seu parecer, e se deixe entrar em discussão para se propor então o seu adiamento. Como deputado não lhe parece isto regular, e recia que este precedente se estabeleça, porque d'este modo pôde tornar-se interminavel qualquer assumpto. E convenciudo de que não se tem agora isto em vista, é certo que estes meios são uma arma que já serviu de muito n'outro tempo para as opposições, mas que elle, orador, rejeita, e não deseja ver de novo fazer uso. Parece-lhe que a discussão pôde muito bem progredir sem necessidade de adiamento; entretanto, como membro da comissão de pautas, entende que commetteria uma falta de delicadeza com os seus collegas das duas commissões, que se quer que sejam consultadas, se não votasse a favor do adiamento.

O sr. Dias de Azevedo:—tem todo o respeito e consideração pela comissão de pautas, mas o assumpto de que se trata não é privativo d'esta commissão; é propriamente de fazenda, e não se deve resolver alteração alguma de direitos sem ser ouvida a comissão de fazenda. Alem d'isso na hypothese de que se trata, vão ser atacados dois ramos essenciaes da nossa agricultura, e devem ser ouvidas as commissões especiaes, que são as de agricultura e vinhos. É necessario meditar, e muito, sobre o objecto; não deve ser decidido senão na presença de documentos estatísticos, que por ora não existem, e sem que a opinião publica tenha sido consultada.

O sr. Alves Martins:—o adiamento é um meio de opposição, posto em acção para que se demore a resolução do projecto; mas entendo que não se deve adiar, que é muito necessaria a medida, e queria mesmo que a redução nos direitos fosse maior que aquella que estabelece o projecto, vote-se, embora, contra o projecto, mas resolva-se definitivamente o negocio, porque a demora é mesmo prejudicial a essa agricultura, que se diz que se quer proteger.

O sr. Pereira de Carvalho de Abreu:—quando ha dias esta questão foi suscitada, nenhum sr. de-

putado impugnou a conveniencia de serem ouvidas as commissões de agricultura e de vinhos; apenas se combatu a opportuidade da proposta, dizendo-se que o momento opportuno de a apresentar era quando o projecto se discutisse; por consequencia a proposta foi agora apresentada conveniente e opportuna.

Disse-se que este adiamento não era conforme com as praticas da casa; mas desde que é deputado tem visto, que sempre que são apresentados projectos, cujo assumpto tem relação com mais de uma comissão, mandam-se a uma comissão, ouvidas as outras.

O projecto de que se trata pôde ser olhado de baixo do aspecto fiscal e do agricola. Pelo lado fiscal, é sem duvida competente a comissão de pautas, mas pelo lado agricola, a unica competente é a comissão de agricultura.

O adiamento não é uma arma de opposição ao governo; se o fosse não a empolgaria, porque por ora o gabinete merece a sua confiança. O adiamento significa opposição ao projecto pelo motivo de não terem sido ouvidas as commissões competentes; nem a urgencia é de tal ordem, que não se possam esperar mais dois ou tres dias para que essas commissões sejam consultadas.

A requerimento do sr. Justino de Freitas julga-se discutido o adiamento, e posto á votação é rejeitado por 63 votos contra 30.

Continua a discussão na generalidade do projecto. O sr. Affonso Botelho:—sendo a primeira vez que sobe á tribuna, pede a indulgencia da camara para as imperfeições e faltas de pratica parlamentar, que por ventura possa commetter.

Interessado n'este negocio não só como deputado da nação, mas como filho de um paiz que tem a sua existencia ligada ao commercio dos vinhos, e ainda por estar persuadido de que é este um dos recursos que restam á nação que lhe dêem esperanças, dirá francamente a sua opinião sobre o objecto.

Entendo que este assumpto toca com os mais importantes ramos da riqueza publica, que não se pôde tratar sem a maior largueza, sem o maior cuidado e sem ser olhado por todos os lados que elle se apresenta, porque ainda que não entra na questão geral senão como um facto fiscal, não se pôde destacar completamente d'essa questão.

Se esta medida vae facilitar a entrada da aguardente e concorrer para minorar um dos grandes males de hoje, qual é o contrabando e o contrabando organizado, não pôde elle, orador, deixar de apoiar francamente um tal pensamento, e de louvar o illustre ministro que a propoz.

Todas as provincias de Portugal tiram uma parte da sua riqueza dos vinhos, riqueza que está paralizada por umas poucas de razões, que não vem agora para o caso. E ha muito tempo que a questão da aguardente deveria ter sido tratada, porque a distillação da aguardente é um recurso para a abundancia da produção, quando chegamos ao estado normal, é um meio de reduzir a quantidade do superabundante sem lhe perder o valor.

Até hoje qualquer que fosse o preço por que o produtor podesse apresentar os seus vinhos, não podiam elles lutar com a carestia dos direitos de importação em Inglaterra, á excepção dos do Douro, a cujo nome todos os vinhos das outras provincias tratavam de se abrigar. Hoje ha uma esperança com o pensamento principal no abatimento feito pela Inglaterra nos seus direitos de importação, na facilidade que d'aqui ha de resultar a todos os nossos vinhos, de apparecerem no mercado. Porém se nos iludirmos e não sairmos do circulo vicioso em que temos andado ha muito tempo, não tiraremos d'esse facto o partido que deveramos tirar.

Com quanto respeito muito a illustre comissão de pautas, não pôde concordar com ella nos motivos que dá para a elaboração do projecto, porque diz que a aguardente é uma materia prima para o fabrico do vinho; simples annuncio que é um estorvo futuro para o commercio da exportação, e que não é verdadeiro, por quanto, elle orador, não conhece materia prima para produzir o vinho, que não seja as uvas.

Nem a necessidade da aguardente é tamanha como se finge; e se nós abriremos como elle, orador, espera, mercados de vinhos de todas as qualidades, que cheguem a todos os consumidores, especialmente da Inglaterra, os vinhos perderão o seu merecimento, serão talvez expulsos, se entrar no pensamento dos negociantes d'elles, uma grande applicação de aguardente.

Se não houver em vista a boa qualidade do vinho, não poderemos lutar com nenhum outro paiz, porque a cultura em Portugal é mais cara do que a dos outros paizes.

Nestas circumstancias manda para a mesa a seguinte substituição ao artigo 1.º do projecto.

Artigo 1.º As aguardentes estrangeiras que entrarem em pipas, meias pipas, ou quartos de pipas, e a aguardente cognac que entrar do mesmo modo ou em garrafas, serão admittidas a despacho nas alfandegas dos portos secos, ou dos portos de mar que o governo designar, pagando 26000 réis por almude até á força alcoolica de 10 grans do areometro de Tessa; e d'aqui para cima mais 300 réis por grau.

§ 1.º Esta admisión durará até ao dia 31 de agosto proximo inclusivo.

Art. 2.º Todas as aguardentes que dentro da área de tres leguas da fronteira hespanhola forem encontradas em vasilhas menores de quartos de pipas, serão apprehendidas como contrabando.

§ 2.º Da mesma sorte todas aquellas que dentro da dita área, transitando em outras vasilhas forem encontradas sem guia legal passada pela fazenda nacional, serão igualmente apprehendidas, e todas ellas conduzidas á alfandega mais proxima do lugar da apprehensão, e verificadas as circumstancias legais da appreh

tar de todo a que se faça, e se se tomaram algumas providências foi a custa de grandes sacrificios.

A diminuição que houve no contrabando foi comprada á custa de sacrificios, e foi comprada á custa de sacrificios repetidos, porque se augmentou a despesa publica e porque se vexaram os povos. Augmentaram-se em um numero consideravel os empregados fiscaes: deram-se gratificações aos empregados antigos e também aos soldados do destacamento que andam ao serviço das alfândegas; e vexaram-se os povos com os aboletamentos: de maneira que aqueles que não tiram um real de lucro do contrabando, são os que pagam as despesas, e têm de aquartelar soldados e de lhes dar de comer.

Portanto pede ao sr. ministro da fazenda que faça cessar essas medidas extraordinarias, e logo que esta lei seja promulgada, faça com que a tropa regresses aos seus quartéis e acabe as correrias militares.

O meio de evitar o contrabando é diminuindo os direitos, e não se podia erer que não houvesse o contrabando da aguardente, quando se obrigava a pagar de direitos por uma pipa 1135000 réis! Pelo projecto que se discute uma pipa de aguardente ainda vem a pagar 875300 réis de direitos, e ninguém dirá que isto não é um direito protector!

Vota portanto pelo projecto, e entende que a medida não deve ser provisoria, como havia dito o illustre deputado que abriu o debate, mas definitiva, porque ainda quando as colheitas fossem abundantes, não era este direito que havia de prejudicar a lavoura.

O sr. Presidente:—como está em discussão o artigo 1.º, consulta a camara, se admittê a discussão a substituição offerecida pelo sr. Affonso Botelho.

É admittida e fica também em discussão.
O sr. Costa Lobo (sobre a ordem):—fa a mandar para a mesa um additamento, e diria duas palavras sobre o accordo em que está em relação ao artigo 1.º

Não tem as mesmas apprehensões sobre o mal que possa soffrer a lavoura dos vinhos com a diminuição dos direitos da aguardente, que se acha estabelecida no artigo 1.º do projecto: não participa dos temores que mostrou ter o illustre deputado que ha pouco fallou no interesse da lavoura, se acaso fosse approvado este projecto; as suas apprehensões, os seus temores, é que na actualidade o direito que se estabelece neste projecto ainda é elevado (apoiados).

Mas como a commissão propõe o direito de réis 28000, e não está na sua mão poder fazer que seja menor, aceita o que se propõe, e desiste de apresentar uma emenda no sentido de diminuir ainda mais esse direito.

Portanto manda para a mesa os seguintes additamentos:

§ 2.º Passa para 3.º

§ 2.º Toda a aguardente produzida dentro ou fora das barreiras, no continente ou provincias ultramarinas, pagará um direito igual de consumo.

Artigo. Ao vinho destinado á exportação, quando effectivamente seja despachado para o estrangeiro, se lhe abonará, restituindo-se-lhe, o direito que, para seu beneficio, tenha sido pago pela parte da aguardente estrangeira, empregada no tratamento e beneficio do mesmo vinho.—F. J. Costa Lobo.

São admittidos, e ficam também em discussão juntamente com a materia.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

INTERPELLAÇÕES

O sr. Presidente:—a primeira interpeção que devia ter logar era a do sr. Alves Martins ao sr. ministro do reino, mas como s. ex.ª não está presente, e está o sr. ministro da justiça, passa-se á interpeção do sr. Placido de Abreu, sobre os motivos que têm obstado a que se cumpra a lei no despacho dos juizes.

O sr. Placido de Abreu:—estando o governo autorizado a proceder á classificação da antiguidade dos juizes pela carta de lei de 21 de julho de 1855, e estando também determinada a divisão das comarcas em primeira, segunda e terceira classe pela carta de lei de 26 de julho de 1856, pergunta ao sr. ministro da justiça: em primeiro logar, qual a razão que tem obstado a que se cumpra a lei, que determinou, não só a classificação dos juizes segundo a sua antiguidade, mas também que os despachos se fizessem por essa mesma antiguidade e em relação á divisão das comarcas nas tres classes. Em segundo logar, quaes os motivos que têm impedido ao animo de s. ex.ª para fazer despachos de alguns juizes, que, devendo entrar em comarcas de terceira classe, foram despachados logo para comarcas de segunda e de primeira classe, com offensa dos direitos de juizes mais antigos, que deviam ser com preferencia collocados n'essas classes; e em terceiro e ultimo logar, que s. ex.ª declare, se julga que podia fazer factos despachos sem offensa dos direitos de outros juizes e das disposições da lei. Depois do sr. ministro responder, fará algumas observações sobre s. ex.ª tem ou não satisfeito ás obrigações que a lei lhe impõe n'este assumpto.

O sr. Ministro da justiça (Martens Ferrão):—sobre os motivos que têm obstado a que esteja feita a classificação dos juizes, responde, que o governo, para dar execução á lei de 21 de julho de 1855, fez uma classificação provisoria da antiguidade dos juizes, mandou-a ao supremo tribunal de justiça, para que elle ouvisse os juizes, desse tempo as suas reclamações, e depois fizesse a classificação como entendesse de justiça, remetendo-a ao governo na sua consulta. Este negocio tem corrido n'aquelle tribunal desde 1856, e em novembro de 1859 expediu-se-lhe uma portaria pelo ministerio a seu cargo, para que activasse quanto possível esse trabalho, a fim de que acabasse o systema pelo qual estavam sendo providos os juizes; por quanto nos provimentos não se attendia nem era possível attende-se á ordem da antiguidade, visto estar a classificação d'ella dependente da consulta d'aquelle tribunal; e para que a divisão das comarcas, em primeira, segunda e terceira classe tivesse o devido effecto, que estava suspenso em quanto a antiguidade dos juizes se não classificasse.

A portaria é a seguinte:

Tendo sido enviado ao supremo tribunal de justiça, com a portaria de 25 de fevereiro de 1857, um exemplar da lista nominal datada de 21 d'esse mez e anno, publicada no *Diário do Governo* n.º 47, dos juizes de direito de primeira instancia, pela ordem de suas antiguidades, segundo as regras estabelecidas na lei de 21 de julho de 1855, a fim de que o dito supremo tribunal podesse decidir, na conformidade do § 2.º do artigo 3.º da citada lei, as reclamações que os interessados perante elle fizessem, no prazo legal, contra a ordem por que foram relacionados na referida lista; e estando dependente d'aquella decisão a integral observancia da predita lei: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, que o conselheiro presidente do supremo tribunal de justiça, empregando os meios ao seu alcance, como é de esperar do seu zelo, promova, quanto for conducente, para que a decisão de que se trata tenha logar o mais breve possível; informando, por esta occasião, quaes os termos em que se acha tão importante objecto.

Paço, em 29 de novembro de 1859.—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Em resposta a essa portaria recebera um officio do digno presidente do tribunal, do qual fa dar conhecimento á camara.

Leu-o, e é o seguinte:

«Ill.º e ex.º sr.—Tenho a honra de accusar a recepção da portaria, que, pelo ministerio a cargo de v. ex.ª me foi expedida com data de 22 de novembro ultimo, e na qual se me ordena, que, empregando todos os meios ao meu alcance, para a mais prompta conclusão dos processos de reclamação sobre antiguidade dos juizes de direito de primeira instancia, segundo a lei de 21 de julho de 1855, informe acerca do estado em que se acha este importante negocio, e em resposta tenho a dizer a v. ex.ª que, depois de vencidas muitas e graves difficuldades, que se offereceram na marcha e andamento d'elle, se acham enfim os alludidos processos, que são em grande numero, e em alguns dos quaes foi mister, em observancia da lei, ouvir quasi todos os juizes do continente do reino e illas adjacentes, e mesmo alguns das provincias ultramarinas, promptos para serem decididos cumulativamente, como é indispensavel, em sessão plena do tribunal, o que até hoje se não tem podido realizar em consequencia de haverem estado impedidos alguns dos conselheiros que viram e examinaram, como relatores, parte dos mencionados processos, uns por molestia, outros por se acharem ausentes com licença do governo de Sua Magestade, e outros, finalmente, porque, sendo membros das camaras legislativas, não têm accumulado as funções d'este cargo com as de juiz.

«Acho-se porém hoje removido em parte este embaraço, posso assegurar a v. ex.ª que o tribunal, que me honro de presidir, vai incessantemente occupar-se d'este grave assumpto, e resolve-lo com toda a brevidade possível.

«Deus guarde a v. ex.ª.—Presidencia do supremo tribunal de justiça, 7 de dezembro de 1859.—Ill.º e ex.º sr. ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça.—O conselheiro presidente, Visconde de Laborim.»

Estes dois documentos provam, que não houve da sua parte negligencia em promover a apresentação da consulta, nem também da parte do tribunal em a dar; mas que houve graves difficuldades que obstaram a que o tribunal apresentasse o seu trabalho, as quaes foram, o grande numero de juizes que fizeram reclamações, a necessidade d'elles serem ouvidos sobre essas reclamações, a circumstancia de estarem alguns nas illas e no ultramar, e principalmente a classificação das antiguidades anteriores a 1855, que é difficil de determinar em consequencia das leis especiaes que houve n'essa epocha. Mas segundo a promessa feita pelo digno presidente de supremo tribunal no seu officio, brevemente será apresentada a consulta, e então poderá dar-se execução á lei.

Quanto aos motivos por que se não tem seguido o que manda a lei de 21 de julho de 1855 nas transações dos juizes, responde, que a execução da lei n'este ponto ficou suspensa e dependente de se determinar a antiguidade dos juizes, por isso o governo não seguiu na collocação dos juizes a ordem da sua antiguidade; mas tem procurado collocar nas comarcas mais importantes juizes distinctos, encostando-se á antiguidade tanto quanto possível. E isto nem sempre foi seguido anteriormente á sua gerencia, como se mostra da seguinte nota que lia e mandava para a mesa.

Nota dos juizes de direito de primeira instancia, que no 1.º e 2.º quadriennio de seu despacho, depois da lei de 25 de julho de 1856, tem servido em comarcas de primeira classe.

Agostinho Joaquim de Oliveira Coelho, na comarca de Aveiro, por decreto de 27 de janeiro de 1859 (2.º quadriennio).

Antonio Joaquim Nunes de Vasconcellos, na comarca de Angra do Heroismo, por decreto de 3 de fevereiro de 1858 (1.º quadriennio).

Antonio José da Rocha, na comarca da Feira, por decreto de 4 de outubro de 1858 (2.º quadriennio).

João Ignacio Holbeche, na comarca de Angra do Heroismo, por decreto de 27 de outubro de 1858 (1.º quadriennio).

José Maria de Almeida Teixeira de Queiroz, no 1.º districto criminal da comarca do Porto, por decreto de 2 de julho de 1858 (2.º quadriennio).

José Miguel Quesma e Silva, na comarca dos Arcos de Val de Vez, por decreto de 23 de abril de 1857 (2.º quadriennio).

José das Neves Gomes Elysen, na comarca de Portalegre, por decreto de 25 de agosto de 1858 (1.º quadriennio).

José de Sando Magalhães Mexia Salema, no 3.º districto criminal da comarca de Lisboa, por decreto de 20 de janeiro de 1859 (2.º quadriennio).

Luiz Martins Villaga, no 3.º districto criminal da comarca de Lisboa, por decreto de 20 de dezembro de 1856 (1.º quadriennio).

Mathews de Sousa Fino, na comarca de Beja, por decreto de 18 de dezembro de 1857 (1.º quadriennio).

Todas estas comarcas são de primeira classe; todos estes juizes foram ali collocados, uns no 1.º quadriennio, e outros no 2.º quadriennio, todos deses despachos são anteriores á sua gerencia; não faz censura por elles ás administrações anteriores, nem á actual lhe parece que possa ser feita.

O que pôde dizer á camara é que na collocação de juizes nas comarcas importantes, tem attendido sempre ao bom serviço dos juizes, aos seus bons creditos, á probidade e intelligencia com que têm servido.

O sr. Placido de Abreu:—lamenta que tanto a lei de 1855 como a de 1856, que tiveram por fim obter a que se fizessem injustiças relativas, ainda não estivessem plenamente em execução; não deixando, contudo, de se conhecer, que tanto o governo, como o supremo tribunal de justiça, têm empregado esforços, para que, na parte que a cada um pertence, se dê execução á lei respectiva á classificação da antiguidade dos juizes.

O espirito da lei, a que se referiu, é que os juizes de primeira instancia, que têm um certo tempo do serviço no quadro da magistratura, sejam despachados ou transferidos de uma comarca de classe inferior para uma superior, e não que o governo possa despachar um delegado juiz de direito de primeira instancia collocando-o logo em comarcas de primeira ou segunda classe, ou passar um juiz mais moderno de uma comarca de terceira classe para outra de primeira classe, como se tem feito com grave offensa dos direitos adquiridos pelos juizes mais antigos, o grande prejuizo mesmo dos povos, pois que se collocam nas comarcas de primeira e segunda ordem juizes que, pela falta de pratica no foro e de exercicio judiciario, não executam as funções de juiz como era para desejar que elles, no interesse dos povos, executassem. Se os antecessores do actual sr. ministro tem feito isto, este acto não autorisa igual procedimento da parte de s. ex.ª, pois que alguns juizes se queixam de que têm sido preteridos nos despachos ultimamente feitos.

É necessario, pois, que o governo observe a lei, a fim de que o mesmo governo tire de sobre si o arbitrio que até hoje tem tido n'este negocio, e se acabe os queixumes que a tal respeito têm existido da parte de alguns juizes.

Portanto pede ao sr. ministro da justiça: 1.º, que faça os maiores esforços para que a lei de 1855 se execute; 2.º, que nos despachos que s. ex.ª fizer trate de attender ao espirito d'esta lei, despachando para as comarcas de primeira classe os juizes de primeira instancia mais antigos, passando os de comarcas de terceira classe para as de segunda, e os das

de segunda para as de primeira, e nunca despachar ou transferir um juiz mais moderno para as comarcas de primeira ou segunda classe, quando ha outros juizes mais antigos a quem a lei manda que se attenda em primeiro logar.

O sr. Ministro da justiça (Martens Ferrão):—o illustre deputado com uma parte do seu discurso destruiu a outra, porque lamentando primeiro que a lei se não tivesse cumprido tão integralmente como n'ella se determina, e se não tenha feito a classificação da antiguidade dos juizes de primeira instancia, declarou com tudo que entendia que o governo tinha feito as diligencias necessarias para que a classificação dos juizes fosse resolvida, e, por outra parte, que o supremo tribunal de justiça havia empregado esforços para cumprir com a lei. Esta parte do discurso do illustre deputado foi um voto ou declaração conscienciosa dada em vista dos documentos que provavam, que nem o governo, nem o supremo tribunal de justiça, mereciam censura alguma.

Declara muito solemne e categoricamente ao illustre deputado, que não despachou immediatamente para comarcas de primeira ou de segunda classe individuo ou juiz algum; nem depois transferiu para comarcas de primeira ou segunda classe nenhum dos juizes que tem despachado, que tem sido tres ou quatro. Os despachos novos, ou primeiro quadriennio, começam sempre para comarca de terceira classe; e se o illustre deputado tinha a apontar algum facto em sentido contrario n'esta sua asserção praticado por elle, orador, pedia a s. ex.ª que o referisse á camara; mas tem a consciencia de que não offendeu a lei, nem fez despacho algum no sentido que o illustre deputado referiu.

Não justifiou os seus actos com os dos seus antecessores, referiu-os apenas para mostrar a interpretação que constantemente se tem dado á lei a este respeito.

Sente que o illustre deputado se não desse por satisfeito com as informações que apresentou, mas a camara de certo se dará por satisfeita, porque conhece perfeitamente a lei, e que o governo tem andado dentro da orbi da lei (apoiados).

Por ultimo declara, que nos despachos que têm feito ha sempre procurado os homens que têm feito bom serviço ao paiz, e que estão nas circumstancias de continuar a presta-lo.

A requerimento do sr. visconde de Portocarrero, permite-se-lhe que tome parte nesta interpeção.

O sr. Visconde de Portocarrero:—não estava preparado para entrar n'esta interpeção, mas se o estivesse apresentaria á camara alguns esclarecimentos mais circumstanciados, para mostrar que nem o governo nem o supremo tribunal de justiça merecem censura alguma a respeito da demora que tem havido na resolução definitiva por parte d'aquelle tribunal, a respeito da classificação da antiguidade dos juizes de primeira instancia, e por isso dirá simplesmente á camara, que depois que foi publicada pelo governo a lista provisoria da classificação da antiguidade dos juizes de primeira instancia, esta lista fôra mandada ao supremo tribunal de justiça para resolver a final essa classificação; porém como depois da publicação da lista provisoria appareceram muitas reclamações por parte de muitos juizes de primeira instancia, o tribunal teve de mandar tirar copia dos processos sobre que recaem essas reclamações e mandar ouvir os reclamantes. Tudo isto não era coisa que se fizesse em um mez, nem mesmo em quatro; levava muito tempo, attendendo especialmente a que o supremo tribunal tem muitos e variados negocios a que attende. É certo porém, que hoje este negocio da classificação da antiguidade dos juizes está muito adiantado; o tribunal tem de se reunir proximoamente em conferencia, e espera que brevemente este negocio esteja definitivamente resolvido.

Deve dar esta explicação, como membro que se honra de ser d'aquelle tribunal, a fim de mostrar que nem o governo nem o tribunal merecem censura alguma.

O sr. Ministro da justiça (Martens Ferrão):—manda para a mesa, a fim de poderem ser examinados pelos srs. deputados, os papeis originaes relativos a outra interpeção annunciada pelo sr. Placido, acerca dos motivos por que o governo não tem mandado proceder contra o juiz de direito dos Arcos de Val de Vez, pelos pontos a que o mesmo sr. deputado alludiu quando apresentou a respectiva nota de interpeção.

O sr. Presidente:—nota que, visto serem agora mandados para a mesa estes documentos, fica a interpeção respectiva para outra sessão.

Estando presente o sr. ministro do reino dava a palavra ao sr. Alves Martins, para verificar a sua interpeção relativa ás habilitações das fabricas de aguardente.

O sr. Alves Martins:—na interpeção que annuncio ao sr. ministro do reino não entrou no seu animo fazer a menor censura a s. ex.ª; mas unicamente chamar a sua attenção para a morosidade com que se fazem os processos para as habilitações das fabricas de aguardentes; e, alem da demora, a grande despesa que os proprietarios têm de fazer com esses processos.

É longo o processo porque, começando na localidade, tem de vir a Lisboa, e correr aqui diferentes estações da resolução final; e é necessario que s. ex.ª, visto que o governo está habilitado para isso, consulte as pessoas competentes, a fim de se tomarem as medidas para que este processo se torne mais breve, pois que o actualmente estabelecido pelo decreto de 27 de agosto de 1855 quasi que pôde considerar-se de uma prohibição indirecta das fabricas de distillação de aguardente nacional; e não julga conveniente que, ao tempo que se está discutindo uma lei para tornar mais facil a admissao de aguardente estrangeira, falta que temos d'este genero, se não empreguem meios para tornar mais livre a distillação da aguardente nacional.

O governo tem procedido n'este negocio dentro das disposições do decreto de 27 de agosto; mas este decreto precisa de ser reformado, a fim de que o processo para as habilitações das fabricas de distillação de aguardente se torne mais simples, mais breve e menos dispendioso. É a isto que pede ao sr. ministro do reino que attenda, e espera que assim o faça no interesse publico e particular.

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—o governo, como acabou de dizer o precedente orador, tem procedido n'este negocio dentro dos limites das suas attribuições, e em conformidade com a lei e regulamentos vigentes; e não ha duvida também que o decreto de 27 de agosto de 1855 teve em vista regular o modo como devem existir no reino os estabelecimentos considerados perigosos, incommodos e insalubres. Não ha duvida de que, segundo as formulas administrativas actualmente existentes, é alguma cousa moroso o processo para a concessão das licenças para estes estabelecimentos poderem funcionar; mas isto foi assim estabelecido para dar maior garantia ás partes e ao publico igualmente; mas parece-lhe que não ha inconveniente em se abreviar alguma cousa este processo, e não tem duvida de declarar que o governo tratará de nomear uma commissão composta de pessoas competentes, para que, examinando este negocio, proponha ao governo aquellas medidas que lhe parecer adequadas para simplificar mais os tramites seguidos até aqui a respeito de concessão de licenças; e a final o governo resolver de modo que, abreviando este processo, não prejudique contudo o pensamento da lei (apoiados).

O sr. Gouveia Osorio:—é unicamente para juntar os seus votos aos do sr. Alves Martins, a fim de que o sr. ministro do reino faça no processo actual para as habilitações das fabricas de aguardente as reformas que o tempo e a experiencia tem mostrado serem necessarias; por quanto o processo actual é demorado e dispendioso, sem vantagem alguma publica. O decreto de 27 de agosto de 1855 foi publicado com o fim de obstar a certos abusos que existiam a este respeito; mas o facto é que em vez de se colibrem os abusos, o decreto tem servido de capa para se praticarem ainda maiores em prejuizo da agricultura e da industria nacional; e o sr. ministro do reino sabe perfeitamente que o meio de dar verdadeira protecção ás industrias, é liberta-las dos obstaculos promovidos por uma legislação, não diria absurda, mas insustentavel (apoiados). Em quanto ao ponto em questão, dirá que a verdadeira protecção consiste em livrar esta industria dos obstaculos que lhe promove o decreto de 27 de agosto de 1855, modificando-o de modo que um homem, para obter licença para funcionar a sua fabrica de aguardente, não tenha de atostar esses multiplices tramites que estão marcados no referido decreto. E o sr. ministro do reino fará um grande serviço ao paiz, se, auxiliado de pessoas competentes e autorisadas, fizer a reforma do decreto a que se tem alludido, e no sentido que ha manifestado.

O sr. Affonso Botelho:—quer apenas unir os seus votos aos dos dois dos seus collegas que tem fallado n'este assumpto, e exprimir a sua inteira confiança nos desejos que o sr. ministro do reino tem constantemente seguido em melhorar a sorte dos povos. E quer ainda acrescentar uma pequenissima observação, e é que esta questão envolve um direito de propriedade que está sendo atacado por o decreto a que se tem alludido; mas isto não é objecto que se possa tratar de momento: porém espera que não será perdido de vista pelo governo em occasião oportuna. Finalmente espera que s. ex.ª attenderá ao importante assumpto de que se tem tratado com aquella vontade, zelo e certeza com que trata os negocios publicos.

O sr. Faria Guimarães:—chama a attenção do sr. ministro do reino, não só para as fabricas de distillação, mas para toda a qualidade de fabricas ou estabelecimentos industriais, porque os inconvenientes que se dão para as de distillação, dão-se para todos os outros estabelecimentos, e crê que os actos de fiscalização exercida nas localidades, talvez fosse de melhor effecto. A cidade do Porto está ameaçada de um prejuizo consideravel em consequencia de se ter concedido a licença para o estabelecimento de uma fabrica sobre um manancial de aguas riquissimas, que está hoje perdido em consequencia da permissão da collocação d'essa fabrica sobre esse manancial; e apesar da opposição que a camara do Porto fez, na secretaria d'estado não se ligou grande importancia a esse objecto, e o resultado foi a perda d'esse manancial, que se calcula em oitenta annos de agua.

Pede pois ao sr. ministro do reino, que, no caso de estar resolvido a fazer alguma reforma no decreto de 27 de agosto de 1855, applique também o mesmo principio de facilitar a concessão das licenças ás fabricas de qualquer natureza que sejam, e, se fosse possível, bom seria que esses processos terminem perante o governador civil.

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—é claro que, havendo o governo de tomar qualquer resolução acerca do processo de habilitação para as fabricas de distillação de aguardente, não havia de limitar a ellas essas modificações, visto que o decreto comprehende outras fabricas, como são as incommodas, perigosas ou insalubres: todas as modificações, que se adoptarem a respeito das fabricas de distillação, hão de igualmente adoptar-se para outros estabelecimentos de similantre natureza; mas seria impvidencia da sua parte o declarar desde já onde devem começar e terminar esses processos.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje, e na segunda parte as interpeções já dadas para ordem do dia, e que não poderam verificar-se hoje; e levanta a sessão.—Eram quasi cinco horas da tarde.

Em virtude da resolução da camara dos srs. deputados se publica o seguinte:

Ill.ºs srs. deputados da nação portugueza.—Os abaixo assignados, pescadores de S. João da Foz do Douro da cidade do Porto, vêm reclamar de vós o favor de levantar um brado em beneficio da infeliz classe a que pertencem, a fim de ser abolido o tributo que são obrigados a satisfazer.

As continuadas perdas de redes e muitas vezes do aparelho completo, a má vida e perigos que esta classe affronta para adquirir o pão quotidiano, a extrema miseria a que os sujeita a incerteza da pescaria são por vós de sobejo conhecidos, ocioso se torna por isso demonstra-lo os factos fallam mais alto de que todos os termos atisonantes.

A lei fixou em 6 por cento o tributo referido, porém os supplicantes pagam 30, 40 e 50 por cento, tirando o fisco de dez pescadas (peixes) uma, de oito uma, e de seis uma. Alem d'isto quando qualquer pessoa quer mandar de presente uma pescada paga 50 réis, tudo em prejuizo do pescador.

A vista do exposto os supplicantes confiam e esperam da vossa illustração e esforços a completa abolição de tão peizado e immoral tributo, ou pelo menos que os pescadores sejam incluídos nas tabeas da contribuição industrial pagando o que lhes tocare como qualquer outra industria.

Os supplicantes consciuos da sua justiça, humildemente pedem a v. ex.ª a esmola de pugnar pela completa abolição do referido tributo. E por tanta beneficencia—R. M.º

S. João da Foz do Douro de março de 1860, —Arraes, Narciso Belchior de Sousa—Arraes, Joaquim Pinto de Almeida—Arraes, Joaquim Moreira—Arraes, Antonio Pereira da Silva—Arraes, Antonio Joaquim de Mattos—Arraes, Marcelino de Sousa—Belchior—Arraes, João Caetano de Sousa—João José Gonçalves—José Pereira da Costa—Francisco dos Reis Rosario—Joaquim de Sousa Pizarote—Joaquim Moreira—Manuel da Silva—Antonio Luiz Machado—Antonio de Sousa Belchior—Antonio Joaquim Correia—Francisco Martins—Thomás de Sousa Manuel Pereira da Silva—João Alves de Sousa—José Duarte—José Belchior de Sousa—Manuel da Silva Pereira—José de Sousa Madeira—João Ignacio Pinto—José Ferreira—Dionysio Pereira de Sousa—Antonio de Pinho Saramago—João Neves—João Gomes Lamego—Antonio dos Reis—Manuel Gomes—Manuel Duarte—Antonio Ferreira—José de Oliveira Manarte—Domingos Brandão—José Dias—José da Silva—Manuel Duarte Mattos—João Bernardino—Manuel José Pereira—Joaquim dos Reis—Antonio Bilarra Ferreira—José Nunes da Costa—João Pedro Franco—João Fernandes da Graça—Antonio Dias—Fernandes Pereira—Manuel Pereira Franco—Manuel José Sardo—Francisco de Oliveira Monarte—Sebastião dos Santos—Antonio José da Silva—João Pereira de Sousa—José dos Santos—José Mesquita—Francisco Dias—Bernardo da Costa—Francisco Botiquineiro—Manuel José Rodrigues—José Ferreira—Custodio da Silva Leite—José da Rocha Marques—Damião Quintelais—Manuel Pedro Ferreira—José Pereira de Sousa—Antonio Rodrigues—Luiz dos Reis—Antonio Leite—Antonio Madeira—Antonio de Carvalho—Francisco dos Santos—José Gonçalves Biola—Joaquim de

Pinho—José Maria de Freitas—Francisco dos Reis—Mathias Gomes Cruz—Luiz Gaia—Manuel da Silva—Francisco Mandau—José Joaquim de Sant'Anna—Francisco da Silva—Belchior Lopes—Bento Fulcano—João Maranhão—José Jeremias dos Santos—Joaquim Maranhão—Manuel Poveiro—Gonçalo Martins—João Gaia—José Piqua—Manoel Ximela—Thomás Moina—Manuel Mandau—Manuel José da Silva—Joaquim Martins—Ignacio da Costa—Antonio Luiz—José da Rita—Manuel Rodrigues de Feste—Antonio Bittê—José Jica—Manuel Maria de Carvalho—Manuel Antonio Pinto—Manuel Felix da Costa—Antonio Pimenta.

NOTÍCIAS DO REINO

CONTINENTE

Vizeu.—No *Viriato*, jornal d'esta cidade, encontram-se as seguintes noticias estatisticas:

Movimento do hospital da misericórdia d'esta cidade desde o 1.º até 31 de março.

Existiam em 29 de fevereiro — enfermos de ambos os sexos..... 99) 194 Entraram..... 95) Sairam curados..... 80) Morreram..... 7) 194 Ficaram existindo em 31 de março..... 107)

Os enteramentos que tiveram logar no cemiterio publico no mez de março foram os seguintes:

Fallecidos no hospital da misericórdia Adultos (Do sexo masculino..... 1) (Do sexo feminino..... 6) 7 Menores (Do sexo masculino..... 2) (Do sexo feminino..... 2)

Hospital regimental Do sexo masculino..... 3) Fallecidos na roda Menores (Do sexo masculino..... 3) (Do sexo feminino..... 3) 6

Fallecidos na cidade Adultos (Do sexo masculino..... 2) (Do sexo feminino..... 2) 5 Menores (Do sexo masculino..... 3) (Do sexo feminino..... 3) 18

Porto.—No dia 4 do corrente, diz o *Commercio do Porto*, devia ter logar uma reunião da assembléa geral dos accionistas da companhia garantia, porém como não se reuniu o numero sufficiente de associados, ficou a reunião adiada, sendo os accionistas novamente convocados para o dia 11 do corrente.

Esta reunião tem por fim não só a approvação do trespasse de algumas acções, mas também a discussão de uma proposta apresentada na sessão de 3 de agosto do anno passado para que a direcção conjuntamente com os quatro membros da mesa da assembléa geral sejam autorizados a apporvar sem necessidade de convocação da assembléa geral a transferencia de acções, visto haver sempre difficuldade em se verificar taes reuniões.

Com o titulo, *grande maré*, lê-se o seguinte no citado jornal:

Na quarta-feira, á uma hora da tarde, a maré chegou na Cruz de Ferro á altura das maiores de que ha noticia. As vagas chegaram a desfazer os montes de cascalho que estavam no caes de Sobreiras.

Ha pouco lia-se também a noticia que em seguida transcrevemos na mesma folha periodica: «Diz-se que os carros locomotores do artista portuense o sr. Joaquim Augusto Lima, cuja feitura elle vae dirigir em Londres, deverão segundo os seus calculos funcionar d'aqui a tres mezes, por conta de duas companhias, uma portugueza e outra hespanhola, na estrada de Lisboa ao Porto, e do Porto á fronteira do norte, e andarão duas e meia a tres legoas por hora, regularmente.»

—Acerca do invento a que se refere a noticia acima transcripta, e de que muita gloria pôde provir ao seu autor, artista portuêz, tinha uma folha portuense traduzido da *Discusion*, jornal de Madrid, a descripção do resultado da experiencia que n'aquella cidade se fizera dos mencionados carros locomotores, e a qual é como se segue:

«Têm-se feito ultimamente n'esta corte tres ensaios de uma locomotora que, com a applicação do vapor, vae substituir a força animal, empregada até hoje nos caminhos ordinarios.

«O resultado d'estes tres ensaios foi satisfatorio, apesar de se ter feito com os escassissimos recursos que Madrid pôde prestar á mechanica. Apesar d'este inconveniente, a machina funcionou com regularidade, executando movimentos suaves e rapidos de subida e descida, parando á vontade do condutor no meio de um declive, girando para a direita e esquerda, e finalmente correspondendo ao fim a que foi destinada. Duas calçadas de 9 e 11 por 100 subiu ha poucos dias a machina a que nos referimos, e posto que alguma vez não se moveu com a velocidade a que o inventor se propõe, este inconveniente foi causado pelo tosco desempenho material de certas peças, que, logo que sejam feitas com perfeição, secundarão perfeitamente o jogo geral do apparellho.

«A melhor prova de que a locomotora a que nos referimos realisa a theoria que lhe serviu de base, é que o seu inventor, Joaquim Augusto Lima, natural do Porto, dá-se por satisfeito da experiencia, e emprehenderá brevemente a sua viagem a Londres com o fim de construir ali o seu apparellho em grande escala, conforme em tudo com o que lhe serviu para fazer os seus ensaios em Madrid.

«Eusendo nos parece encarecer as vantagens que ao transporte de pessoas e mercadorias proporcionará o importante invento, de que nos occupamos. «São tão raras as occasiões que se nos offerecem de ser os primeiros em admirar os progressos do genio mechanico, que experimentamos hoje certo orgulho, ao occupar-nos de uma combinação tão util como engenhosa e simples, nascida por assim dizer entre nós.

«Actualmente passam facilmente ao dominio universal os inventos uteis; não seria proveitoso nem agradavel que as produções do entendimento humano ficassem circumscripitas a um limitado numero de homens; porém sempre é agradável para um paiz o recolher as primicias de um invento, e hoje, rara excepção, compete a Madrid ensoberbecer-se de ter visto os primeiros movimentos da machina de vapor que ha de substituir a força animal nos caminhos ordinarios.»

Valença.—Segundo constava á redacção da *Razão* por pessoa que lhe merecia todo o credito, iam começar com muita brevidade os trabalhos nos extremos da estrada tanto para o lado de Monção, como para o dos Arcos.

Ponte de Lima.—Na exposição de gado, que teve logar n'esta villa no dia 2 do corrente, distribuíram-se os seguintes premios, conforme escreve o *Viamense*:

«A Francisco Lourenço Gomes, de Sub-Portella, o terceiro premio de réis 58000, por um carneiro que expoz, de raga merina.

«Ao abade de Medella, Manoel Martins Dias da Cruz, uma menção honrosa, por uma junta de bois de raga gallega, que expoz.

«A Antonio Gonçalves Borlido, de Perre, o terceiro premio de 158000 réis, por uma junta de bois de raga barroza, que expoz.

de uma folha periodica, que se intitula—*O Bejense*. Com este é o segundo periodico que conta a rica provincia de Alentejo. Oxalá que o jornalismo, poderoso elemento da civilização, encontre nesta parte do paiz o favor que em todas deve merecer.

—*O Bejense*, dando noticia do estado atmosphérico por aquelles sitios, escreve o seguinte:

«Nos ultimos quatro dias do mez que acabou os ventos começaram a soprar do sul e sudoeste, e a atmospheria a carregarse de humidade. Na madrugada de 31 começou a chuva a cair, branda, mas aturada, e conservou-se até á noite do dia 2, quasi sem interrupção. A mudança de tempo foi um grande beneficio para os campos de Beja, porque as searas começavam já a sentir a falta da chuva.»

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 6 do corrente, e de Paris até 4.

Os jornaes hespanhoes recebidos pelo correio de hoje, além dos despachos que hontem transcrevemos, nenhum outros publicam.

A *Correspondencia de Espana*, que adianta sempre em noticias telegraphicas, não se recebeu hoje, em consequencia de corresponder a sexta-feira de paixão, dia em que se não publicou.

O jornal *El Dia* diz, á ultima hora, que rebentou uma revolução em Palermo, da qual resultaram muitas mortes. A população não tomou parte no movimento.

A hora que se enviaram as ultimas noticias parecia restabelecida a tranquillidade.

HESPAÑIA

No dia 6 do corrente affirmava-se em Madrid que o general Ortega, com tres dos seus companheiros, fôra preso. «O alcaide de Calanda, diz o jornal *El Dia*, foi quem deu parte d'este acontecimento, que se divulgou rapidamente por Madrid, onde não se falla de outra cousa.»

Consta igualmente ter sido preso em Benicarló o general carlista Elío.

O periodico official publica no seu numero de 5 do corrente o decreto, que exonera o general Ortega. Esse documento é concebido nos termos seguintes:

«Em vista da inaudita deslealdade do marechal de campo D. Jaime Ortega, capitão geral das ilhas Baleares, que em momentos criticos para o paiz, e quando uma grande parte do exercito tío gloriosamente completava a sua missão na Africa, se aproveitou d'esta circumstancia para dar o grito de rebellião contra a minha pessoa e contra as leis fundamentais do estado, trazendo enganada até á Península, onde em vão tentou seduzi-la, a força que tinha ás suas ordens, e deixando abandonado o importante posto cujo commando eu lhe havia confiado;

«Ordeno que seja exonerado de todos os seus empregos, honras e condecorações, e riscado da lista dos da sua classe, sem prejuizo de ser julgado conforme as leis militares.

Pago, 3 de abril de 1860. — Está rubricado pela assignatura real. — O ministro interino da guerra, José Mac-Crohon.»

Os senadores, a exemplo dos deputados da nação, dirigiram-se ao paço, a fim de offerecerem a sua magestade a homenagem dos seus respeitosos sentimentos.

Ao discurso, pronunciado n'essa occasião pelo presidente do senado, sua magestade dignou-se responder, agradecendo o novo testemunho de lealdade que lhe dava a camara dos senadores, interprete fiel dos sentimentos do paiz, cujos sacrificios a favor da sua augusta pessoa já mais esqueceria.

FRANÇA

Foi já apresentado ao corpo legislativo o projecto de orçamento para 1861. Não obstante as novas despesas que as urgencias do serviço publico não permitiram que fossem adiadadas, o orçamento apresenta um excedente de receita de 5.544.000 francos.

A cifra das despesas monta á quantia de francos 1.844.188.685, e a das receitas a 1.845.733.670 francos. (La Patrie.)

PIEMONTE

A *União Liberal* diz, que do 1.º do corrente em diante os militares, que fazem parte do contingente dos paizes cedidos á França, serão licenciados, cessando de fazer parte do exercito italiano. E concedido um anno aos officiaes de todas as patentes para decidirem se querem ou não passar para o serviço do governo francez. Calcula-se em 10.000 o numero de officiaes inferiores e soldados, que abandonarão o serviço italiano.

Segundo o mesmo jornal, a população da Saboya e de Niza monta a 826.802 almas, repartidas da maneira seguinte: provincia de Chambery, 313.302; provincia de Annecy, 270.510; provincia de Niza, 242.990. Se, na demarcação dos limites, Oneglia e Saint-Remo ficarem pertencendo ao Piemonte, a totalidade soffrerá uma diminuição de perto de 125.000 almas.

—O jornal *Courrier du Dimanche*, cujas informações são em geral de toda a exactidão, publica um extracto de dois novos protestos suscitados pelas annexações do Piemonte. Um d'esses protestos emana do grão-duque da Toscana. O principe destronado sustenta que o que se realizou na Toscana é obra da violencia, da corrupção, e da fraude.

O outro protesto emana de Francisco d'Este, out'ora principe reinante de Modena. Este ultimo declara que «reserva á face de Deus e do universo a soberania que em 1815 foi reconhecida por toda a Europa, então felizmente unida.»

SUISSA

Na sessão de abertura das camaras federaes, em Berna, foi lida a mensagem dirigida no dia 28 de março ultimo pela autoridade executiva superior da confederação suíça aos conselhos legislativos. Essa mensagem, que apenas contém um novo relatório dos factos enunciados nas ultimas notas do governo helvético, submete á approvação e á sanctação das camaras federaes as seguintes propostas:

«Os interesses da segurança externa, da independencia, e da neutralidade da Suíça, diz o documento a que alludimos, reclamam que não sejam prejudicados os direitos da Suíça nas provincias neutras da Saboya. Uma cessão da Saboya do norte á França, mesmo no caso em que essas provincias fiquem em condições de neutralidade, envolve uma contradicção com os tratados existentes, e compromette em subito grau os direitos e os interesses da Suíça.

«A combinação que se prepara entre as potencias e a Suíça é uma garantia de que não terá logar, ao menos por agora, algum acto de posse, militar ou civil; devendo o *statu quo* ser rigorosamente mantido.

«E por isso que o conselho federal propõe á alta assembleia federal o seguinte:

«1.º As medidas decretadas até hoje pelo conselho federal são approvadas, e é concedido o credito necessario para esse effeito.

«2.º O conselho federal continuará a defender energeticamente os direitos e os interesses da Suíça em relação ás provincias neutralizadas, e em particular a fazer o possível para que se não faça alteração alguma no *statu quo* sem que se proceda a

uma combinação; ficando plenos poderes para fazer uso de todos os meios necesarios para este fim.

«3.º Caso surjam ulteriormente circumstancias graves, o conselho federal convocará desde logo novamente a assembleia federal.

«O conselho federal fica encarregado da execução d'esta decisão, que será submettida aos conselhos legislativos da confederação. (Seguem-se as assignaturas.)»

Faz parte dos documentos diplomaticos juntos a esta mensagem a nota que Mr. Thouvenel dirigiu ao encarregado de França em Berna, no dia 26 de março ultimo. Essa nota é concebida nos termos seguintes:

«Senhor.—Conheceis, pela copia que vos transmiti antes de hontem, a nota que o presidente do conselho federal nos dirigiu, ao mesmo tempo que as outras potencias, cuja intervenção diplomatica elle invoca em abono dos direitos que julga dever apresentar em relação a Chablais e Faucigny. Sem entrar n'uma discussão que, ao menos agora, me parece inopportuno prolongar, limito-me a declarar novamente que o governo do imperador não tem em vista alterar nenhuma das condições legitimas sobre as quaes se baseia a neutralidade da Suíça, e não posso dar melhor prova da verdade que avanço, do que citando textualmente o artigo 2.º do tratado de reunião da Saboya e do districto de Niza á França, tratado que, como sabeis, foi assignado no dia 24 d'este mez, em Turim.

«Fica entendido, diz esse artigo, que o rei da Sardenha não pôde transferir as partes neutralizadas da Saboya senão com as condições pelas quaes elle as possui, e sua magestade o imperador dos francezes entender-se-ha, sobre este assumpto, tanto com as potencias representadas no congresso de Viena, como com a confederação helvetica, e adar-lhes-ha as garantias que resultam das estipulações de que trata o presente artigo.»

«Como vêdes, senhor, esta disposição deve tranquillizar completamente o conselho federal; e parece-me que todas as apprehensões devem desaparecer em presença d'este compromisso espontaneo. Tendo a certeza de poder discutir as garantias que, n'um convenio europeu, forem julgadas mais proprias para se realizar, nas suas relações com a neutralidade permanente da Suíça, o objecto das estipulações relativo á neutralização eventual de uma parte da Saboya, o governo helvético só tem a recear que esse interesse, cuja importancia nós reconhecemos, não seja regulado de uma maneira satisfactoria. O governo do imperador espera, pois, que o conselho federal destruirá uma agitação pelo menos esteril, e que elle aproveitará a proxima reunião da assembleia federal para dissipar as inquietudes tão pouco fundadas como contrarias ás nossas relações amigaveis com a Suíça.

«Podeis comunicar esta nota a Mr. Frey-Herold, entregando-lhe uma copia d'ella. Recebei etc. —Thouvenel.»

NOTICIAS CIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

NA ESCOLA POLYTECHNICA

| ABRIL-8 | BAROMETRO (PRESSÃO) | THERMOMETRO (TEMPERATURA) | PSYCHROMETRO (HUMIDADE) | ANEMOMETRO (VENTO) |
|---------|---------------------|---------------------------|-------------------------|--------------------|
| | Millimetros | Grãos C. | Por 100 | Ramos |
| 9 m. | 758,42 | 12,5 | 69,2 | NNO. |
| 3 t. | 757,64 | 14,3 | 56,2 | NNO. |

DIA 7.

| | |
|------------------------------------|----------|
| Maxima—temperatura..... | 14,8 C. |
| Minima..... | 8,9 » |
| Ozone (de noite)..... | 5,5 » |
| Ozone (de dia)..... | 7,0 » |
| Chuva (udometro)..... | 0,0 MIL. |
| Evaporação (vapormetro)..... | 2,4 » |
| Altura barometrica correcta. | |
| Altitude do barometro 95,1 metros. | |
| Temperatura á sombra. | |

| ABRIL-9 | BAROMETRO (PRESSÃO) | THERMOMETRO (TEMPERATURA) | PSYCHROMETRO (HUMIDADE) | ANEMOMETRO (VENTO) |
|---------|---------------------|---------------------------|-------------------------|--------------------|
| | Millimetros | Grãos C. | Por 100 | Ramos |
| 9 m. | 760,07 | 12,3 | 77,5 | NNO. |
| 3 t. | 759,52 | 14,1 | 64,7 | NNO. |

DIA 8.

| | |
|------------------------------------|----------|
| Maxima—temperatura..... | 15,4 C. |
| Minima..... | 9,4 » |
| Ozone (de noite)..... | 6,0 » |
| Ozone (de dia)..... | 4,5 » |
| Chuva (udometro)..... | 5,1 » |
| Evaporação (vapormetro)..... | 0,0 MIL. |
| Altura barometrica correcta. | |
| Altitude do barometro 95,1 metros. | |
| Temperatura á sombra. | |

NOTICIAS COMMERCIAES

Vinho despachado para exportação no mez de março pela alfandega do Porto

| | |
|-------------------|-----------------|
| Vinho maduro..... | Pipas Alm. Can. |
| Aguardente..... | 3.032 18 4 |

Manifestado para deposito no mez de março na mesma alfandega

| | |
|-----------------|-----------------|
| Vinho..... | Pipas Alm. Can. |
| Aguardente..... | 5.253 5 7 |
| | 197 5 4 |

Em deposito nos armazens de Villa Nova e Porto

| | |
|-----------------------------|-----------------|
| Vinho de 1.ª qualidade..... | Pipas Alm. Can. |
| Dito de 2.ª dita..... | 70.712 12 10 |
| Aguardente..... | 357 2 7 |
| | 1.492 17 1 |

VIGO, 4 DE ABRIL

DESPACHO TELEGRAPHICO

A's 7 horas e 34 minutos da tarde

Entrou hoje n'este porto o patacho *Ermelinda*, procedente do Rio Grande, com destino para o Porto, em 112 dias, com o carregamento de 5.000 couros.

Tambem entrou arribado o caixamarim hespanhol *Farau*, procedente de Barcellona para o Porto, com 120 pipas de aguardente.

VIGO, 5

Entrou aqui hoje arribado o hiate *Estrella 4.ª*, procedente de Setubal, com destino para o Porto. Tambem entrou o brigue *Promptido 2.º* para fazer quarentena.

Vem de Pernambuco, com destino para o Porto, e traz agua aberta. (Commercio do Porto.)

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 8 de abril de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Warrior, paquete inglez a vapor, capitão H. Cooper, de Londres em 5 dias, com varias fazendas a F. P. Bastos; 21 pessoas de tripulação, 2 malas e 5 passageiros.

Nazareth Feliz, rasca, mestre M. D. Franco, da Figueira em 2 dias, com vinho, madeira e feijão; 7 pessoas de tripulação.

Pluto, vapor de guerra inglez, commandante o

tenente H. Simpson, de Gorée em 21 dias, e de Tenriffe em 8; 65 praças de guarnição, e 3 peças montadas. E da força de 100 cavallos.

Rio Vouga, brigue portuguez, capitão J. B. Matos, de Swansea em 14 dias, e de Peniche em 8 horas, com carvão a Chabima & Gonçalves; 11 pessoas de tripulação. Destina-se para Ceilão, e vem arribado com agua aberta.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Jason, paquete inglez a vapor, capitão R. Eustice, para S. Vicente, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, com diferentes generos; 103 pessoas de tripulação e 14 passageiros.

Saudeira, batiza, mestre M. O. Lira, para Setubal, com vasilhame; 7 pessoas de tripulação.

Triunpho de Margarida, hiate portuguez, mestre J. P. Padilha, para Tavira, com trigo e milho; 8 pessoas de tripulação.

Abeona, barca ingleza, capitão C. Wight, para Sunderland, em lastro; 9 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é: C. Augusto, marítimo, dinamiquez.

Terceirense, patacho portuguez, capitão J. P. Dias, para a ilha Terceira e New-York, com sal e encomendas; 10 pessoas de tripulação.

D. Francisca, barca portugueza, capitão J. P. Rezende, para Ajuda, com fazendas; 17 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é: S. Pery, marítimo, inglez.

Johannes Christian, escuna hamburgueza, capitão C. G. Elertick, para a Bahia, com sal; 9 pessoas de tripulação.

Jeannette Melanie, brigue belga, capitão J. Fischer, para Villa Real de Santo Antonio, em lastro; 10 pessoas de tripulação.

S. George, barca ingleza, capitão H. Walter-lassek, para Quebec, com sal; 16 pessoas de tripulação.

Feliz Mafalda, brigue portuguez, capitão I. B. Ferreira, para o Rio de Janeiro, com sal, vinho e mais generos; 12 pessoas de tripulação.

DIA 9

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Ville de Malaga, paquete francez a vapor, capitão A. Aude, de Nantes em 3 e meio dias, e de Vigo em 24 horas, com varios generos, a H. Jubel; 29 pessoas de tripulação, 1 mala e 6 passageiros.

Junco, barca prussiana, capitão W. Ventezig, de Shilds em 32 dias, com carvão, a ordens; 13 pessoas de tripulação.

Eclipsé, hiate portuguez, mestre J. de Araujo, de Espozende em 2 dias, com milho e madeira; 8 pessoas de tripulação.

Santo Antonio, hiate portuguez, mestre M. G. de Araujo, da Figueira em 24 horas, com madeira e vinho; 7 pessoas de tripulação.

Senhora do Carmo, rasca, mestre J. C. Senna, de Vianna em 3 dias, com manteiga, milho e madeira; 6 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: José Joaquim de Carvalho, artista; Agostinho José, servente; portuguezes.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Sagres, corveta portugueza a vapor.

Conceição, hiate portuguez, mestre F. M. Monteiro, para Setubal, com guano; 7 pessoas de tripulação.

Jesus Piedade, cahique portuguez, mestre A. Gonçalves, para Lagos, com milho e encomendas; 10 pessoas de tripulação, e 4 passageiros, que são: Francisco Franqueiro, lavrador; João José Fogaça, trabalhador; Manuel Antonio, servente; Rosa da Conceição; portuguezes.

Persia, barca ingleza, capitão W. Chatwin, para Quebec, com sal; 19 pessoas de tripulação.

Hedwig, patacho suco, capitão N. E. Hultberg, para Stockholm, com sal; 7 pessoas de tripulação.

Carl & Julie, escuna russiana, capitão E. Smith, para o Porto e Riga, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Warrior, paquete inglez a vapor, capitão H. Cooper, para Cadiz, Mogador e Grã-Canarias, com varios generos; 21 pessoas de tripulação, e 6 passageiros.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 9 de abril de 1860. — J. J. Cecilia Kol, capitão-tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 8 DE ABRIL DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 7

Entradas—Patachos, *Irginda*, do Rio Grande do Sul, por Vigo em 100 dias; *Josephina*, de New York em 39 dias.—Hiates, *Lanceiro*, de Setubal em 10 dias; *Providencia*, de Portimão em 60 dias; portuguezes.—Sumaca hespanhola *Faraen*, de Barcelona em 40 dias.

Saídas—Galera portugueza *Subtil 3.ª*, para o Rio de Janeiro.—Brigue francez *Nael Raphael*, para Gijón.

Fôra da barra não se avista embarcação alguma. O mar está bom.—O vento esteve NE. brando, N. forte, agora regular.

De Vianna do Castello, do dia 6

Entradas—Hiates, *Aurora*, de Lisboa, com varios generos; *Restaurado*, de Lisboa, com vinho e pedra de cal.—Escuna ingleza *Muil*, de Glasgow, com ferro e carvão de pedra.

Não saiu embarcação alguma.

Do dia 7

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Cahique *Villa Nova de Portimão*, para Portimão com milho.—Rasca *Senhora do Carmo*, para Lisboa, com milho.—Hiates, *S. Lourenço* e *S. Vicente 2.º*, e batiza *Isabel*, todos tres para o Porto; estavam arribados.

De Caminha, do dia 7

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiates, *Amisade*, para Aveiro; *Flor de Caminha*, *Novo Pinheiro*, *Resolvido* e *Franco 1.º*; todos quatro para Malaga.—Patacho *Esperanças*, tambem para Malaga.

Mar bom.—Vento N.

De Aveiro, do dia 6

Entrou o hiate *Novo Atrevido*, de Cezimbra, com sardinha.

Do dia 7

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Da Figueira, do dia 7

Entradas—Hiate portuguez *Galarino*, da ilha de S. Miguel, com milho.—Cahique *Ave Maria*, de Peniche, com pescaria.

Saídas—Rascas, *Nazareth Feliz*, para Lisboa, com varios generos, e *Maria Isabel*, para a Ericeira, com milho.—Cahiques, *Senhora da Gloria*, *Senhora do Rosario*, e *Senhora da Boa Morte*; todos tres para Cezimbra, com sal.

Fôra da barra nada se avista.

Mar bom.—Vento N. fresco.

De Ericeira, do dia 7

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N.—Tempo claro.

De Setubal, do dia 7

Entradas—Escuna dinamiqueza *Petrek Smith*, de Lisboa em lastro.—Bateira portugueza *Joven Margarida*, de Lisboa com varios generos.

Saiu a barca portugueza *Maria Adelaide*, para Halifax, com sal.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 7

Não entrou nem saiu, nem se avista embarcação alguma.

O mar está bom.—Vento NO. regular.

De Tavira, do dia 7

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Bom tempo.—Vento NO. regular.

Dirrecção geral dos telegraphos do reino, em 8 de abril de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

(PARTICIPAÇÕES RECEBIDAS PELO CORREIO)

Barra de S. Martinho, do dia 2

Entrou o hiate portuguez *E. Protegido*, mestre Prudencio Franco Gaspar, de Malaga em 11 dias, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Menos mar na barra.—Vento ONO.

Do dia 3

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar na barra, como na bahia, está muito agitado e de grande arrebentação. Algumas barcas já lhes estão arrebentadas as amarrações.

Do dia 4

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Muito mar na barra e bahia.

Do dia 5

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar continua bastante agitado.

Do dia 6

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Menos mar na barra.

Capitania do porto de S. Martinho, em 6 de abril de 1860.—Manuel Leocadio de Almeida, capitão do porto.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 8 de abril.—Não houve cotisação.

Bolsa de Paris, em 8 de abril.—3 por cento francez a 69,90—4 1/2 dito a 95,90.

Bolsa de Londres, em 8 de abril.—Consolidados de 94 1/8 a 94 1/4.

AVISOS

LEILÃO NA ALFANDEGA GRANDE DE LISBOA

Quarta-feira 11 do corrente, pelas onze horas da manhã, de tecidos de